



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

NELSON TITO DA SILVA AZEVEDO

**IMPLANTAÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL ATRAVÉS DO
PROGRAMA ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E PMCMV EM MACAPÁ – AP:**
Implementação de uma creche e de um espaço multiuso no conjunto residencial Mucajá

MACAPÁ - AP

2016

NELSON TITO DA SILVA AZEVEDO

**IMPLANTAÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL ATRAVÉS DO
PROGRAMA ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E PMCMV EM MACAPÁ – AP:**
Implementação de uma creche e de um espaço multiuso no conjunto residencial Mucajá

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso
de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do
Amapá, como requisito para a obtenção do grau de
Arquiteto e Urbanista.*

*Orientadores: Profa. Dra. Bianca Moro e PRO^oMsc
Mário Barata.*

MACAPÁ - AP

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

720

A994i Azevedo, Nelson Tito da Silva.

Implantação da habitação de interesse social através do programa aceleração do crescimento e PMCMV em Macapá-AP: implementação de uma creche e de um espaço multiuso no conjunto residencial Mucajá / Nelson Tito da Silva Azevedo; orientador, Bianca Moro de Carvalho; co-orientador, Mario Luiz Barata Júnior. – Macapá, 2016.

105 p.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do curso de Arquitetura.

1. Arquitetura – Planejamento urbano. 2. Espaços públicos. 3. Urbanização - Amapá. I. Carvalho, Bianca Moro de, orientador. II. Barata Júnior, Mario Luiz, co-orientador. III. Fundação Universidade Federal do Amapá. VI. Título.

IMPLANTAÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL ATRAVÉS DO

PROGRAMA ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E PMCMV EM MACAPÁ – AP:

Implementação de uma creche e de um espaço multiuso no conjunto residencial Mucajá

Apresentado em: ____/____/2016.

Conceito: _____

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá como requisito para a obtenção do grau de Arquiteto e Urbanista.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Bianca Moro de Carvalho
Universidade Federal do Amapá
Orientadora

Msc.Prof^a Fátima Pelais
Universidade Federal do Amapá
Orientador

Prof. Msc. Mario Luiz Barata Junior
Universidade Federal do Amapá

MACAPÁ - AP

2016

A Dina, Tayllor, Talles, Socorro pelo amor e
inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela a capacidade da resiliência em terminar este trabalho e a paciência de minha família que em muitas situações foram privadas de minha companhia a Professora Dr^a Bianca Moro de Carvalho e ao Prof^o.Msc^o Mario Luiz Barata Junior que não mensuram esforços para a realização deste trabalho.

"Não basta fazer um espaço comunitário e dizer: 'as pessoas poderão ver umas às outras' ... Os arquitetos realmente têm que compreender o contexto do cliente - o contexto cultural, o contexto mais amplo, econômico, o futuro dos moradores que viverão ali".

(THORNE, Martha, 2016. The Guardian)

RESUMO

A proposta deste trabalho advém de uma inquietude em função dos programas que envolvem habitação de interesse social. As políticas neste âmbito para a Amazônia tomam, porém, outras dinâmicas as quais não corresponde à realidade local criando assim verdadeiros entraves ou de forte insatisfação por parte dos moradores alocados como o entorno. Relacionado à quebra das relações anteriores (comércio, relações sociais familiares ou de vizinhança e pequenos negócios). A justificativa deste trabalho está pautada em reivindicações dos moradores remanejados para o conjunto Residencial Mucajá a respeito de espaços multiuso e de uma creche, previstos no projeto original e que não foram construídos gerando críticas e insatisfação dos moradores.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Espaço multiuso; Creche.

ABSTRACT

The purpose of this work comes from a concern in terms of programs involving social housing. The policies in this area to take the Amazon, however, other dynamics which does not correspond to local reality thus creating real obstacles or strong dissatisfaction on the part of residents allocated to the environment. Related to the breakdown of previous relations (trade, family or neighborhood social relations and small businesses). The justification of this work is guided by demands of the residents relocated to the Residential Mucajá set about multipurpose spaces and a nursery provided for in the original design that were not built generating criticism and dissatisfaction of the residents.

Keyword: Social Housing; Multipurpose space; Nursery.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos recursos do FGTS entre as faixas de renda familiar	33
Gráfico 2 - Comparativos da distribuição das metas de atendimento por faixas de renda entre os PMCMV 1 e 2, em UH.	42
Gráfico 3 - Qualidade dos materiais	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da populacional brasileira de 1872 a 2010	22
Tabela 2 - Expectativa de vida no Brasil, 1900 a 1930	22
Tabela 3 - Evolução do déficit habitacional brasileiro entre os anos de 2000 e 2008, no total e por faixa de renda familiar mensal	31
Tabela 4 - Evolução do crescimento demográfico entre os anos 1980 a 1997	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades habitacionais produzidas no Brasil através das Carteiras prediais dos IAPs e Fundação da Casa Popular	26
Quadro 2 - Alteração do volume de recursos com o lançamento do PMCMV 2, entre as diferentes faixas de renda	42
Quadro 3 - Distribuição de unidades contratadas na Faixa 1 por Programa	46
Quadro 4 - Conjuntos habitacionais de Macapá	61
Quadro 5 - Técnicas adotadas na construção do Residencial Mucajá	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma do PMCMV para a faixa de renda familiar mensal de 0 a 3 salários	40
Figura 2 - Localização dos conjuntos habitacionais de Macapá	58
Figura 3 - Localização do CRM	68
Figura 4 - Planta baixa do apartamento Mucajá	71

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Anos 40 – Casa para funcionários do antigo Território do Amapá, construída na Avenida Presidente Vargas, centro de Macapá	48
Fotografia 2 - Anos 60 – Vista panorâmica da Vila Amazonas / Santana - AP	48
Fotografia 3 - CR Macapaba	65
Fotografia 4 - CR Mucajá	65
Fotografia 5 - Vila Mucajá sofre perigo de desabamento	66
Fotografia 6 - Superfície	69
Fotografia 7 - Unidade do SAMU	69
Fotografia 8 - SESC	69
Fotografia 9 - Fundação	70
Fotografia 10 - Estrutura	70
Fotografia 11 - Fachada	70
Fotografia 12 - Melhorias das áreas comuns do Residencial Mucajá	74
Fotografia 13 - Melhorias das áreas comuns do Residencial Mucajá	74
Fotografia 14 - Melhorias das áreas comuns do Residencial Mucajá	74
Fotografia 15 - Imagem de uma denuncia publica	76
Fotografia 16 - Imagem atual do Banheiro	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL	21
2.1 Primeiras iniciativas	21
2.2 Habitação popular no Estado Novo	23
2.3 Banco Nacional de Habitação (1964-1986).....	26
2.4 Período Pós-BNH (1986-2002).....	28
2.5 Evolução populacional na Amazônia e no Amapá	31
2.6 Ministério das Cidades.....	33
3 RÁPIDAS LEITURAS A RESPEITO DO PMCMV	39
3.1 Faixas de contemplação 0 a 3 Salários.....	41
3.1.1 Fundo de Arrendamento Residencial	43
3.1.2 O PMCMV Entidades.....	44
3.1.3 Programa Nacional de habitação Rural	44
3.1.4 PMCMV para municípios com população até 50 mil habitantes	45
4 CONTEXTOS DA HABITAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA.....	47
4.1 Primeiras habitações sociais no Amapá e as Vilas Operárias em Macapá	47
4.2 O que contempla os Planos Diretores de Macapá de 1959 a 2004 a Habitação Social em Macapá.....	49
4.2.1 Plano Grunbilf 1959 a 1973.....	50
4.2.2 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano PDDU Fundação João Pinheiro 1973 a 1979.....	52
4.2.3 Plano de Desenvolvimento H.J Cole & Associados S.A 1976 a 1979.....	55
5 EDIFICAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E PAC EM MACAPÁ	57
5.1 Política habitacional de interesse social e a demanda e o cadastro no Amapá	58
5.2 Aspectos locacionais em Macapá.....	59
5.2.1 Demandas habitacional de Macapá e o cadastro	62
5.2.2 Localização e qualidades projetual e arquitetônica dos conjuntos de interesse social em Macapá	62
5.3 Da vila Mucajá ao Conjunto Habitacional Residencial Mucajá.....	65
5.3.1 Localização do Conjunto Habitacional Mucajá na malha urbana de Macapá.....	68
5.4 Dificuldades atuais do conjunto residencial mucajá quanto seu programa	76

6 PROPOSTAS DE UM ESPAÇO MULTIUSO NO CONJUNTO RESIDENCIAL

MUCAJÁ	78
6.1 Programas de necessidades do espaço multiuso e creche do CRM.....	78
6.2 Organogramas	80
6.2.1 Organograma da creche	80
6.2.2 Organograma do espaço multiuso	81
6.3 Planta de situação do CRM	82
6.4 Planta Baixa	83
6.4.1 Proposta do modelo de creche para o CRM	83
6.4.2 Proposta do modelo de espaço multiuso para o CRM.....	83
6.5 Estudo de Volumetria.....	84
6.5.1 Proposta de volumetria da creche para o CRM	84
6.5.2 Proposta de volumetria do espaço Multiuso para o CRM	84
6.6 Análises da pesquisa de campo.....	87
6.6.1 Análises dos dados e tabulação do questionário aplicado	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	106

1 INTRODUÇÃO

Em grande parte do século XX, o crescimento das cidades de forma acelerada foi ocasionado por diversos fatores como: os grandes fluxos migratórios do campo para cidade, o surgimento de indústrias e a intensificação do comércio a intensificou a partir da década de 1930 incentivando uma nova onda de intervenção urbana por parte do Estado no sentido de adequar ou qualificar áreas que poderiam exercer funções de âmbito social passaram ser reservas ou foram sendo incorporadas aos interesses do Estado. Neste contexto, Bonduki (1994) revela algumas medidas tiveram sua importância no aspecto habitacional nas cidades que sofreram a intervenção do Estado no setor com a Lei do Inquilinato em 1942 que congela e regulamenta relações entre proprietários e inquilinos e o preço dos aluguéis cria-se neste período a fundação da Casa Popular e Previdência que iniciou os primeiros financiamentos de imóveis através do Decreto Lei nº 58 de 10 de dezembro de 1937 que possibilitou a venda de imóveis em parcelas.

O desenvolvimento das cidades ou seu crescimento geraram graves problemas urbanos no âmbito habitacional e na efetivação de um ordenamento urbano para as cidades, desta forma, este fato foi responsável por gerar impactos urbanos profundos, fluxos migratórios de toda a ordem, com isto, geraram crises urbanas e a exemplo: a insuficiência de moradia, serviços públicos deficientes ou que não atende grande parte da população. Segundo Carvalho (2009) o Planejamento Urbano sugere estabelecer o ordenamento urbano das cidades no sentido de combater a “desordem” urbana.

“Em outras palavras, por meio do planejamento urbano visa-se alcançar o ordenamento das cidades, superando a desordem – segundo as acepções de ‘ordem’ e ‘desordem’ definidas sob a perspectiva dos valores dos especialistas” (CARVALHO, 2009, p. 23).

Os desdobramentos econômicos do desenvolvimento brasileiro sempre estiveram atrelados às modificações extremas na economia, na organização ou desorganização das cidades, nas diásporas migratórias sejam do campo para cidade como de imigrantes estrangeiros, e as mudanças nos meios de produção geraram colapsos urbanos em função da ausência ou o não cumprimento do planejamento das cidades como também na criação e ampliação de ofertas de moradia aos novos e antigos contingentes populacionais que são atraídos pelas novas frentes de desenvolvimento.

Num documento que pela primeira vez, apresenta dados sobre assentamentos precários em escala mundial, como parte do esforço de monitoramento do Objetivo 11 dos Objetivos do Milênio, a Agência Habitat das Nações Unidas denomina de “urbanização da pobreza” o

enorme crescimento desses assentamentos em muitas cidades (UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME, 2003). As características desse processo, segundo a mesma fonte, são as seguintes:

- Grandes e crescentes defasagens na provisão de serviços básicos aos moradores, pela falta de capacidade governamental e escassez de recursos financeiros para atender à crescente demanda;
- Pior acesso a condições adequadas de moradia e segurança da posse da terra, que resulta no superpovoamento de algumas áreas, pessoas sem moradia e problemas de saúde decorrentes das más condições ambientais;
- Crescente vulnerabilidade a problemas de saúde oriundos do meio ambiente e desastres naturais;
- Crescente desigualdade interurbana, que se manifesta em forte segregação residencial, aumento da violência, especialmente sobre as mulheres e entre os pobres;
- Menor participação comunitária nas decisões governamentais; e
- Maior vulnerabilidade social de mulheres, crianças e jovens.

Neste sentido, a tentativa de minimizar os problemas que envolvem o setor habitacional que está sempre na pauta de agendas políticas, que são muitas das vezes esquecidas ou realizadas sem critérios básicos e que não atende os anseios da população mais carente e foge da realidade desses indivíduos, ou ainda entregue a população de forma incompleta sem a rede de outros serviços fundamentais (transporte, educação, saúde, segurança) essenciais para melhor adaptação dessas pessoas as propostas ofertadas pelos programas que lidam com habitação por parte do Governo Federal.

Para melhorar as condições de vida nesses assentamentos humanos, os governos nacionais, em parceria com o poder público e local e outros atores, vêm colocando em prática políticas habitacionais. Uma das ações mais importantes dessas políticas é a construção de conjuntos habitacionais para abrigar populações residentes em áreas de risco ou assentamentos precários, que são realocadas de suas antigas moradias para os conjuntos habitacionais populares, constituídos por casas e/ou apartamentos com melhor qualidade construtiva.

Em se tratando de Amazônia, as dinâmicas assumem um papel decisivo por envolverem gradientes específicos e notórios da região Amazônica, da sociedade, ritmos e costumes e antigos e novos perfis econômicos. A valorização espacial com urbanização e infraestrutura decorrentes de programas habitacionais os quais de forma pontual atuam em áreas de interesse por parte do poder público por mais que haja um direcionamento a população de baixa renda é sem dúvida uma quebra de relações atípicas locais, daí nota-se de forma marcante de um novo

contexto engajado a uma política capitalista que substitui antigas relações de atividades comerciais de forma velada a uma nova “proposta” bem oposta a anterior que mesmo de forma caótica encontrava-se de forma legítima naquele contexto urbano social de acordo com Lefebvre (2008 apud ARAUJO, 2012).

A necessidade de compreender as circunstâncias que envolvem a lógica dos programas habitacionais de interesse social sugere um esforço na tentativa de reunir elementos para o entendimento dos atores ou elementos os quais interagem no espaço urbano de forma explícito ou oculto, o espaço e as atividades sociais e econômicas antes e depois da efetivação da mudança para a habitação de interesse social (HIS).

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL



2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

Um breve histórico da habitação social no Brasil e a Produção Rentista.

2.1 Primeiras iniciativas

As primeiras iniciativas de habitação social no Brasil sofreram uma grande influência do segundo CIAM de Frankfurt de 1929 “La Vivenda para el Mínimo Nível de Vida “que habilitou vários elementos a exemplo a concentração populacional que envolvia questões de saúde, aspectos de vizinhança, saúde e todo o arcabouço necessário no sentido de garantir qualidade de vida e dignidade a sociedade. O segundo CIAM em Bruxelas de 1930 estabeleceu metodologias relacionadas de forma e de aspecto mais racionais e objetivas como: casas baixas, médias e altas. Estes aspectos influenciaram na forma de como construir os conjuntos populares no Brasil de forma mais racional pelo fato do Brasil estar em um processo de urbanização acelerada.

A falta de planejamento e a ausência completa de uma política habitacional fizeram com que as favelas e cortiços se proliferassem acompanhando o crescimento industrial. No país, soma-se a isso, a política dos governantes da época que inertes, pareciam não perceber o avanço de um grave problema social. (NOAL; JANCZURA, 2011, p.158).

A ausência de uma política pública efetiva no direcionamento da habitação de interesse social não foi prioridade do Estado e conseqüentemente oportunizou o surgimento de um número considerado de habitações precárias, invasões, favelas assentamentos com níveis elevados de precariedade de infraestrutura (saneamento básico e aparelhos urbanos), aliado ao processo de migração e o aumento da expectativa de vida.

Tabela 1 - Evolução da populacional brasileira de 1872 a 2010

Ano	População	Taxa crescimento anual (%)
1872	9.930.478	–
1890	14.333.915	2,06
1900	17.438.434	1,98
1920	30.635.605	2,86
1940	41.236.315	1,50
1950	51.944.397	2,34
1960	70.191.370	3,06
1970	93.139.037	2,87
1980	119.002.706	2,48
1991	146.825.475	1,93
2000	169.799.170	1,63
2010	190.755.798	1,17

Fontes: Adaptado pelo autor (2014) baseado em IBGE (2010).

A tabela 01 que foi adaptada segundo os dados do IBGE (2010) apresenta a evolução da população brasileira. Para a efetivação deste fenômeno percebe-se vários motivos entre eles: o processo migratório na transição do século XIX para XX de europeus e certa melhoria no âmbito urbano.

Além da chegada de imigrantes estrangeiros, outro fator que contribuiu para esse aumento populacional foi a redução da mortalidade, pela melhoria do saneamento básico e a disseminação dos antibióticos, que promoveram algum aumento na expectativa de vida no Brasil, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Expectativa de vida no Brasil, 1900 a 1930

Ano	Expectativa de Vida
1900	33,7
1910	33,1
1920	34,5

Fonte: Santos (1978).

A tabela 02, estabelece a evolução da expectativa de vida no Brasil, este aumento gradativo está relacionada a sensível melhora na qualidade de vida (saneamento básico, assistência à saúde) e a mudança do campo para cidade que se intensifica posteriormente.

Percebe-se então pelas as tabelas (01 e 02) acima, que há um constante conflito de demandas habitacionais construídas e o número crescente de indivíduos que necessitam e ainda impulsionado pelo aumento da expectativa de vida do brasileiro. A inconsistência de políticas mais eficazes no sentido de ter soluções a curto, médio e a longo prazo no âmbito do planejamento da habitação não distanciando-se da integração da cidade está num plano distante.

“Fato é que estamos construindo bairros a partir de empreendimentos habitacionais para baixa renda e, na maioria dos casos, a solução projetual é desprovida de um amplo pensamento de cidade. O resultado é uma organização que se impõe como “fato externo bruto” (LUCAS; CAIXETA, 2014, p.599).

O fato é que a precariedade de uma política habitacional efetiva evidencia uma complexa demanda de imóveis e de sujeitos e que não se limita apenas a construção de unidades e sim todo um circuito de antes e durante e pós ocupação de imóveis pelos novos moradores ainda é algo em que os gestores não tomaram a devida atenção da problemática que envolve a questão da habitação de interesse social no Brasil.

Na região norte, com sua evolução populacional acionada a cada novo empreendimento de desenvolvimento percebe-se que este fenômeno não ocorre de formas iguais na Amazônia configurando desta forma áreas mais populosas e outras áreas menos interessantes e com isso com menor fluxo populacional.

2.2 Habitação popular no Estado Novo

O período do Estado Novo (1937 a 1945) do presidente Getúlio Vargas, concentra uma política de intervenção urbana nas favelas e espaços semelhantes (morros, invasões, cortiços) e trata esses espaços como caso de polícia, realizando diversas remoções de moradores desses espaços. Outro aspecto da política urbana da época foi à criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões, que seriam os precursores das políticas voltadas à questão da habitação.

[...] O Estado, como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos, essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano e,

portanto, do seu preço. Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público [...] ele acaba desviando para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão davam preferência a outras localizações. (Maricato, 1982, p. 34)

Nas décadas de 30 e 40, o processo de urbanização brasileira assumiu características distintas no âmbito da economia e da sociedade brasileira, neste contexto, ainda do governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945\1951 a 1954), surge medidas específicas de intervenção por parte do Estado para a habitação social. O exemplo maior foi o congelamento dos aluguéis e a venda de terrenos (lotes) em prestações o que diferenciava antes de 1930 que era regulado por grupos privados. A inserção do Estado no âmbito habitacional limitava-se apenas a comercialização de moradias apenas a uma clientela reduzida que poderia pagar e o outro vértice da sociedade (trabalhadores), como renda assalariada não conseguia ter acesso.

O período compreendido entre 1930 a 1954 é marcado por uma forte intervenção do Estado na produção e no mercado de aluguel de imóveis. Era a estratégia que habilitava segmentos específicos da sociedade, porém, garantia a sociedade recém-urbana industrial, melhores condições de vida urbana, no sentido de regular o trabalho e o capital, consagrando o presidente Getúlio Vargas como o “Pai dos Pobres”.

Nesta proposta de ampliar a legitimidade do regime e proporcionar a acumulação de capitais no setor urbano, segundo Bonduki (1994), o governo instrumentalizou políticas voltadas ao setor da habitação, que sempre foram contraditórias e persistia uma falta de coerência, fato este que exigiu estratégias no sentido de se aproximar das classes operárias e diminuir a pressão pelo déficit habitacional. Conservadores do governo Dutra (1946-1951), achavam que a influência dos partidos de esquerda no fim do Estado Novo poderia ser reduzida pela estabilidade de moradia como um burguês.

A primeira experiência de política nacional de habitação foi feita pelo governo Dutra (1946-1951) com a Fundação da Casa Popular. Havia uma preocupação dos conservadores com a forte influência do Partido Comunista nos grandes centros urbanos, após a derrocada do Estado Novo. Eles acreditavam que o proletário com casa própria tenderia a se comportar como um burguês, favorecendo certa estabilidade social. (BNH..., 1997, pág. 01).

O IAP nos dava todo o mobiliário. Aqui havia comércio, posto de saúde, creche. A partir da década de 60, o governo não deu mais nada. Muita gente chiou. Infelizmente,

hoje a creche foi invadida, e nosso comércio deixa a desejar. Mas as casas continuam boas – diz Rubens. (GALDO; DAFLON, 2011, não paginado).

Nesta lógica, percebe-se que o esforço em promover habitação no sentido de diminuir o grande déficit habitacional mesmo absorvendo apenas uma parcela da sociedade. A participação do Estado na produção de habitações dignas com a Fundação Casa Popular (FCP) em 1946 pelo Decreto Lei nº 9.218 de 1º de maio de 1946, e o aumento de suas atribuições com o Decreto nº 9.777 de 6 de setembro de 1946, que nas suas atribuições visava financiamento em habitação em zonas rurais como também em áreas urbanas tanto pela iniciativa privada como também pública, sem visar lucro. Estas medidas desestimularam e geraram um desconforto pelo ao setor da iniciativa privada que viam seus interesses econômicos em que viabilizava imóveis através dos IAPs.

O importante é salientar que no período do Estado Novo 1937 a 1942 foram promulgadas várias leis no sentido de normalizar questões urbanísticas, entre elas o Código de Obras promulgado no Rio de Janeiro, que reconheceu a existência das favelas e limitou a proliferação das mesmas em função dos riscos sanitários e de desabamento.

O Estado Novo foi marcado por novas ações de cunho político e social e que influenciaram no planejamento urbano das cidades brasileiras. Motta (2010) discute sobre o período do Estado Novo, um momento com ações pontuais ao setor da habitação, mais realizado por força de pressões dos trabalhadores do que iniciativa governamental.

É nesse momento, também, que a ciência e a técnica ganham maior relevância que os conceitos de embelezamento e os problemas urbanos em geral são colocados na chave do social.

Fica evidente, então, que o setor privado não seria capaz de resolver o problema da habitação para as camadas populares e que tal tarefa teria que ser assumida pelo Estado, que passou a sofrer pressões dos trabalhadores e do empresariado (o constante aumento dos alugueis fazia com os trabalhadores reivindicassem melhores salários). Como resposta, o governo propôs o financiamento, por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, de casas a serem destinadas ao aluguel. Tal medida, além de insuficiente para modificar a situação da moradia no Brasil, atendia apenas aos associados dos institutos. (MOTTA, 2010, p. 52).

Esta proposta do Estado, em atender à massa trabalhadora estava articulada a diretrizes políticas a atender outros segmentos. Maricato (1982, p. 34), ao interpretar que houve um comprometimento por parte do Estado em assumir responsabilidades no âmbito do bem-estar,

segurança e proporcionar, tanto no aspecto individual como ao trabalhador e a família, como parte integrante do processo de urbanização quando habilita um ideário importante e simbólico, que será a mola propulsora para melhorar da qualidade de vida através da conquista da casa própria como um bem fundamental à família.

A primeira tentativa de diminuir as dificuldades referentes a habitação popular através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs).

Quadro 1 - Unidades habitacionais produzidas no Brasil através das Carteiras prediais dos IAPs e Fundação da Casa Popular

ÓRGÃO	UHs PRODUZIDAS
IAPs (Plano A)*	47.789
IAPs (Plano B)*	76.236
Fundação da Casa Popular	16.964
TOTAL	140.989

Fonte: Adaptado de Bonduki (1994).

As primeiras tentativas de uma política de habitação foi no Estado Novo, segundo (FARAH 1996;1985) no período da 1ª República estabeleceu uma política higienista e extremamente autoritária, baseada em prerrogativas sanitárias retirou o vértice da sociedade mais carente que habitava nas cercanias do centro da cidade. Ao Estado sobrou a responsabilidade de promover políticas habitacionais no âmbito da produção como também de financiamento através das Carteiras de Prediais dos chamados Institutos de Aposentadoria e Pensões das mais diferentes classes trabalhadoras.

2.3 Banco Nacional de Habitação (1964-1986)

O Banco Nacional de Habitação (BNH) surgiu como proposta de edificar habitação e infraestrutura no período do governo militar (1964 a 1985) estabelecido pelo Sistema Financeiro de Habitação com o propósito de fomentar a construção de habitação de interesse social como também promover financiamento e aquisição de imóveis ao vértice menos favorecidos da população brasileira e teve como suporte financeiro cerca de 1bilhão de cruzeiros e com a arrecadação de cerca de 1% da arrecadação da folha salarial dos trabalhadores brasileiros.

O Sistema Financeiro da Habitação e seu agente central, o Banco nacional da Habitação, apoiaram o financiamento de, praticamente, $\frac{1}{4}$ das moradias construídas no país entre 1964 e 1986 (ano da extinção do BNH). Foi um significativo movimento de construção que, somado às obras de saneamento e demais obras de infraestrutura financiadas pelo sistema, foi determinante para mudar o perfil das cidades brasileiras, a estrutura do mercado imobiliário e, em grande parte, a indústria de materiais de construção. (MARICATO, 1999, p 03).

O apoio financeiro por parte da arrecadação dos Fundos de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1967 aumentaria os ativos do BNH em cerca de 30 bilhões de cruzeiros. Desta, forma ainda no governo militar existia a possibilidade de resolver o problema da habitação brasileira aos mais pobres. A aliança entre o público e por parte das grandes empreiteiras segundo Whitaker pag.14 2005 beneficiou o SFH/BNH no sentido de promulgar direitos a urbanização e habitação objetivou desta forma na acumulação de determinados setores privados da economia, ao exemplo: empreiteiras, bancos transparecendo o “Milagre Brasileiro”

É fato perceber que o vértice privilegiado dessa política habitacional era entre as classes com renda média e alta e intensificou-se a verticalização da malha urbana nas grandes cidades e com isso a valorização de terra urbana mais provida de infraestrutura bem diferente das famílias que tinham ganhos em torno de 5 salários mínimos. Neste, âmbito da habitação social ficou relegado a algumas unidades habitacionais sem a articulação com os aparelhos urbanos dificultando a qualidade de vida dos remanejados. O importante era o número de unidades construídas mesmo que fossem alijadas da malha urbana e serviços não havia preocupação com a qualidade do imóvel ou das pessoas que iram morar criando dessa forma as chamadas cidades dormitórios.

Mais do que suas localizações, os conjuntos são expressões de poder político mais assistencialista que responsável. O grande número de unidades construídas em cada empreendimento denota uma ação. O Estado é provedor de grupos dissociados de unidades construídas, a serem socialmente aglutinados depois com a ocupação dos usuários (...)“equação matemática”. (LIMA, 2002, Vitruvis,ago./Sem paginação).

O Sistema Financeiro de Habitação se transformou em um fomentador de arrecadação mais de dinamização da economia brasileira gerando: empregos e dinamizando setores da construção civil como um todo ao capital imobiliário. Entretanto, o professor Dr. Jose Júlio, em

seu trabalho intitulado “Conjuntos habitacionais e condomínios de luxo em Belém: duas tipologias em confronto. **Arquitextos**, ano 3, ago. 2002” reflete sobre a edificação desses empreendimentos que estavam em desalinhamento da proposta de ordenamento urbano e desta forma criando espaços desconectados com a cidade e era um forte instrumento político.

“A estratégia implementada pelo BNH beneficiou a construção civil que pôde contar com uma fonte de financiamento estável para a produção de unidades prontas, mas contribuiu pouco para enfrentar o problema que o órgão se propunha a resolver” (BONDUKI, 2008, p.74).

É fato evidenciar as diferenças da política habitacional que marca o período do BNH (1964 a 1985) ao período dos IAPs que é regido de forma privilegiar uma arquitetura moderna racionalizada preocupada em atender as reais necessidades da habitação com uma forte combinação e soluções arquitetônicas e tipologias construtivas.

É necessário enfatizar ainda o desastre, do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, da intervenção realizada. Dentre os erros praticados se destaca a opção por grandes conjuntos na periferia das cidades, o que gerou verdadeiros bairros dormitórios; a desarticulação entre os projetos habitacionais e a política urbana e o absoluto desprezo pela qualidade do projeto, gerando soluções uniformizadas, padronizadas e sem nenhuma preocupação com a qualidade da moradia, com a inserção urbana e com o respeito ao meio físico. (BONDUKI, 2008, p.74).

O processo de desaceleração da economia brasileira na década de 80 foi decisivo para a desarticulação da política fomentada pelo Plano Nacional de Habitação, este fato segundo Barros ao citar (MELO, 1989; ARRETCHE, 1996b) que estabelece desarticulações seja por parte da falência do padrão de financiamento que estava ligada a massa salarial (FGTS) que perde neste período de crise criando.

No certame arquitetônico os conjuntos promovidos pelo BNH (1964 a 1984) mesmo com um aporte financeiro proveniente dos FGTS dos trabalhadores, não garantia a qualidade de bem-estar aos moradores, a reflexão de Bonduki aponta o isolamento, a precariedade de articulação com a vizinhança, e arquitetura monótona.

2.4 Período Pós-BNH (1986-2002)

As reflexões de Barros, (2015) estabelecem uma fragmentação da política habitacional que era gerencia pelo Estado, através do SFN e BNH e com as COHABs regionais e que passou para responsabilidade da Caixa Econômica Federal como a entidade responsável pelo

desenvolvimento de uma nova política habitacional de cunho nacional. Ainda seguindo a reflexão de Barros (2015), que estabelece um arcabouço de contextos em um breve período de tempo em função de novos elementos e contextos políticos que ocorrem na segunda metade da década de 80.

- Criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente 1985;
- Vários escândalos na administração do SFH no governo Figueiredo (1979 a 1985);
- Crise financeira nacional que gerando uma grande inadimplência entre os mutuários;
- O fim do BNH em 1986 e a passagem de suas atribuições para a CEF proporcionou uma onda de instabilidades ministerial proporcionando um choque na política habitacional;
- e
- Com o processo de redemocratização surgem vários partidos políticos e com isso, uma intensa corrida eleitoral e, vêm à tona várias demandas que antes eram reprimidas e a necessidade “particular” dos partidos em criar fidelidade, favorecimento entre seus eleitores no âmbito estadual e municipal.

É fato que em muitas situações o BNH não conseguiu contemplar de forma efetiva as parcelas menos favorecidas do povo brasileiro que ganhavam até cinco (5) salários mínimos, mas atendeu outras faixas salariais com risco bem menor de inadimplência em terrenos mais estruturados onde os custos eram menores.

Os programas e os conjuntos habitacionais não atenderam as populações para os quais foram previstos, sendo a atuação política do BNH mais voltada como geradora de mão de obra do que atuação social, pois “o saldo quantitativo de oferta de habitação [continuou] irrisório para o mercado popular, ante a demanda de moradias por parte de classes de mais baixa renda”. (OLIVEIRA, 2013, p.39).

O BNH estabeleceu um sistema de correção monetária para o financiamento imobiliário para compensar a inflação articulando setores públicos e privados para viabilização de produção habitacional pelas grandes construtoras, mas que de certa forma privilegiou as classes mais abastardas com imóveis de alto padrão que diminuiria os custos e riscos de inadimplência e mais bem localizados e estruturados.

Para as classes de menor poder aquisitivo o BNH promoveu um número menor de habitações, mais desarticuladas da cidade e valendo-se de materiais de pouca qualidade, dimensões reduzidas, graves problemas de acústica, conforto e sua construção estava sob responsabilidade de pequenas construtoras e para diminuir custos os conjuntos eram edificados nos terrenos mais baratos e conseqüentemente mais distantes da cidade.

O período que antecede a formação do Ministério das Cidades segundo as reflexões de Oliveira (2013) a política habitacional sofreu um forte impacto interno entre os anos de 1985 a 1989 que vai da inadimplência dos mutuários, a tentativas de construção de habitação pela modalidade de mutirão (Programa Nacional de Mutirão Comunitário), mas que não teve êxito por mal-uso do dinheiro público. Visava atender famílias com renda menor que três (3) salários mínimos a desarticulação dos programas de habitação com o de saneamento e desenvolvimento e a péssima qualidade dos imóveis.

Algumas ações foram no sentido de diminuir a forte crise econômica que influenciou no alto grau de inadimplência entre elas a quitação de imóveis e a mudança na correção das parcelas, surge neste contexto o que a professora Shimbo (2010 pág. 24) se debruça para compreender.

A política habitacional do governo FHC seguiu duas vertentes: a promoção habitacional diretamente por Estados e Municípios e programas de financiamento diretamente ao mutuário final, entre eles o PAR (Programa de Arrendamento Residencial) que foi criado em 1999, que contemplava famílias de 3 a 6 salários mínimos, mas, permitia ágil retomada em caso de inadimplência. “O PAR trazia uma nova forma jurídica ao financiamento habitacional, baseada no arrendamento (ou em inglês leasing) da moradia e não aquisição, apesar de existir a possibilidade de compra do imóvel pelo arrendatário” SHIMBO 2010, pág. 69.

Neste período, percebe-se a ausência de políticas relacionadas à questão da habitação surgindo um vácuo ainda maior e crescente para a viabilização de habitações de cunho social, somente um programa chamado de Carta de Crédito que a fonte é do próprio FGTS as famílias que ganhavam até doze (12) salários mínimos.

Surge então segundo Oliveira (2013 pág. 33) que realiza um entendimento dos novos mecanismos que incrementaram a política habitacional em diferentes categorias para que sejam contempladas. Vários programas foram efetivados como: Pró Moradia e Habitar Brasil visava melhorar as áreas já degradadas e já ocupadas para as famílias com poder aquisitivo menor que três (3) salários mínimos. E ainda, SFI (Sistema Financeiro Imobiliário) e o Programa Carta de Crédito foram à possibilidade encontrada na época de incrementar o setor da construção civil e o setor imobiliário para as famílias de renda média.

Na política pública no que se refere à habitação a qual foi implementada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) tornou-se uma questão estritamente bancária (financiamentos) e a construção de casas no âmbito privado que fortaleceram construtoras e empresas de materiais. Mudando a lógica de produção de habitação para o consumo de habitação onde várias faixas concorriam para o financiamento dos imóveis.

2.5 Evolução populacional na Amazônia e no Amapá

A região norte apresenta diferentes lógicas de ocupação. Para Becker Há de se considerar ainda a diferenciação entre o processo de urbanização do território e a urbanização da população: 70% da população vivem em núcleos urbanos e os outros 30% estão inseridos no contexto urbano.

Essa evolução populacional de forma marcante é justificada pela evolução do processo migratório em função da colonização e dos Grandes Projetos. E mais, se a comparação for estabelecida entre os anos de 1991 e de 1950, verificar-se-á que a população regional quintuplicou, haja vista que passou de dois para dez milhões de habitantes.

➤ Evolução Demográfica do Estado do Amapá - 1950 a 1980

Tabela 3 - Evolução do déficit habitacional brasileiro entre os anos de 2000 e 2008, no total e por faixa de renda familiar mensal

Ano	População residente	Varição absoluta	Varição relativa
1.950	37.477	-	-
1.960	68.889	31.412	83,81
1.970	116.480	47.591	69,08
1.980	175.257	63.598	54,59

Fonte: IBGE/AP.

➤ Comportamento Demográfica do Amapá - 1991 a 1997

Tabela 4 - Evolução do crescimento demográfico entre os anos 1980 a 1997

Local	Ano				
	1980	1991	1995	1996	1997
População do Estado	175.257	289.397	326.188	379.459	401.916
População de Macapá	137.451	179.777	189.080	220.962	234.083

Fonte: IBGE/AP.

- Taxa de crescimento populacional no Estado (período 91/96)=31,12% e 5,3% anual;
- Taxa de crescimento populacional de Macapá (período 91/96)=22,90% e 4,28% anual;

- No ano de 1997, registra-se uma taxa de urbanização no Estado, na ordem de 87,14%.

➤ **A situação mais recente**

Outros fatores também contribuíram para o crescimento demográfico do Amapá: a transformação do ex-Território em Estado da Federação (05/10/1988) e a regulamentação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), criada pela Lei n.º 8.387, de 30.12.91 e regulamentada pelo decreto n.º 517, de 08.05.92), quando novos e sucessivos fluxos migratórios do norte, nordeste e centro-sul foram atraídos para o Estado em busca de emprego e condições satisfatória de vida. Sobre este aspecto, pesquisas tem demonstrado que o processo de imigração/mobilização de mão-de-obra na Amazônia Setentrional , não é tão recente nem exclusivamente (inter/intra) regional⁽⁴⁾.

Um breve comentário da conta que chegam diariamente em Macapá e Santana 10 famílias, sendo que elas representam 53,62% vindas do vizinho Estado do Pará; 13,83% do Interior do Amapá; 9,14% do Maranhão, 3,50% do Ceará e os demais do restante do Brasil⁽⁵⁾.

Todas essas evidências que a população das Ilhas do Pará - Arquipélago Marajoara (Afuá, Breves e Chaves) é detentora de um comércio varejista informal em ascensão em Macapá e Santana; atividade bastante representativa, quando consultados os Cadastros de Empregos do Sistema Nacional de Empregos do Amapá (SINE/AP).

➤ **A identidade marginal do imigrante**

Em pesquisa de campo, realizada entre os meses de setembro e novembro de 1998, dois problemas relevantes foram apontados pela população, os quais sobretudo, revelam indicadores marcantes da qualidade de vida no local: tratamento de água e coleta de lixo. Problema grave para um população que mora na foz do maior tributário de água doce do planeta (o rio Amazonas com 96 por cento do total de águas frescas do da terra). A busca pela melhoria da qualidade de vida é marcada pela trágica ocupação da área menos valorizadas - ressacas - configurando-se em bairros favelados com problemas diversos.

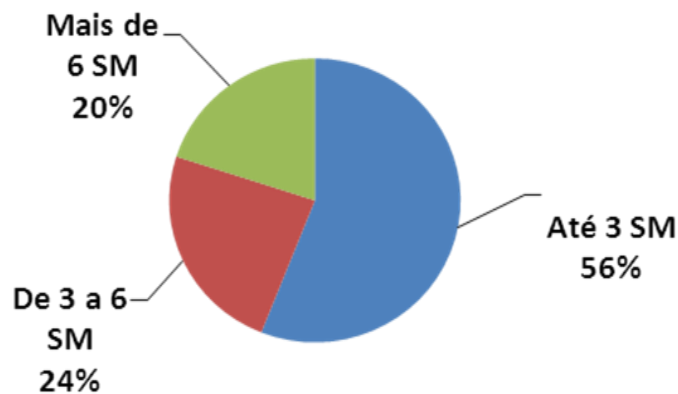
Notadamente, a ocupação desordenada e acelerada das ressacas em Macapá, tem produzido crescente e rápida degradação do bioma dessas áreas inundáveis, bem como o aviltamento da qualidades de vida da população que ali moram: o despejo de dejetos e de lixo não tratados nos lagos e canais naturais de escoamento de água do rio amazonas e das chuvas,

tem provocado profundas alterações no regime hidrológico e na morfologia hidrográfica, de grande impacto sobre o meio ambiente e nas comunidades locais.

2.6 Ministério das Cidades

O ano de 2003 uma nova política pública voltada a habitação de interesse social através do Ministério das Cidades surge em função da necessidade de uma política efetiva a habitação no Brasil que contemplasse classes diferenciadas (0 a 3, 3 a 6...) e outras demandas urbanas que estão acompanhadas a cidade. Há uma subdivisão Sistema Nacional de Habitação de Mercado (SHM) e Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos recursos do FGTS entre as faixas de renda familiar



Fonte: Maricato, Ermínia, 2011.

O gráfico 1 estabelece segundo Maricato 2011, uma relação da distribuição desigual dos fundos do FGTS nas faixas entre os anos de 1995 a 2003 que os recursos do FGTS privilegiaram as camadas da sociedade com melhor poder aquisitivo em função de serem empreendimentos com menos risco de inadimplência dos mutuários.

Havia uma grande expectativa na eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato (2002 a 2006) em função das mudanças da Lei 10.931 de 2004. Segundo Maricato 2004 pág. 01 realiza uma reflexão a respeito das medidas adotadas por parte do estado em salvaguarda jurisprudência econômica para o mercado privado (construtoras, agentes financiadores, bancos) que estava abalado em função das altas taxas de inadimplência. O segundo momento do pacote de medidas estava no sentido de ampliar recursos ao mercado privado do setor da construção civil através da resolução nº3259 que está por sua vez foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional.

É importante salientar segundo Maricato que essas medidas foram instrumentalizadas no sentido de contemplar as faixas salariais de 5 a 10 salários mínimos. E as menores faixas ou as habitações de interesse social foram no sentido de ampliar os recursos e subsídios para a construção dessas unidades, mesmo contrariam os gastos públicos.

O primeiro governo Lula (2002 a 2006) foi marcado no âmbito da política habitacional primeiramente pelo Ministério das Cidades e o Plano Nacional de Habitação que ditaria as estratégias para a política habitacional com a participação de setores privado para os com renda superior a cinco (5) salários mínimos e o surgimento de programas menores para atender outras demandas habitacionais de menor poder aquisitivo como o Habitação de Interesse Social e o Habitação de Mercado que seria o facilitador de empreendimentos imobiliários.

Para a professora Ermínia Maricato (2004) o Ministério das Cidades corresponde a oportunidade de reunir os melhores profissionais de diversas áreas e um planejamento que estabeleceria condições de dar estrutura. O SNHIS, criado em 2005 objetiva criar condições de acesso à terra e a moradia de interesse social nas faixas que compreende 0 a 3 salários mínimos e cria-se o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e outras fontes foram também disponibilizada.

“O Ministério das Cidades foi estruturado a partir das três maiores fontes dos problemas sociais urbanos, vinculados ao território: habitação, saneamento ambiental e transporte” (MARICATO, 2005, p.01).

Para resgatar, ou melhor, construir uma política pública voltada a reforma urbana, e que se transformasse em instrumento que atendesse as demandas da habitação de interesse social haveria a necessidade da articulação com outros órgãos e secretarias para poder planejar não

somente uma política fundiária e habitacional, saneamento, mobilidade e outras atribuições e competência que teriam que intervir.

Entre os anos de 2003 a 2010 período do governo Lula foi elaborado o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) que seria o principal mecanismo para a política habitacional que tinha em sua primíssima atender faixas de até 3 salários mínimo. Mas no gráfico 01 é possível perceber que mesmo com o esforço das políticas públicas voltadas à habitação.

Samantha Maia (2014) demonstra as dificuldades e desafios os quais o Ministério das Cidades tem na sua ampla política de infraestrutura e habitação pelo fato de esbarras em “nós” que aumentam o grau de dificuldade para uma política efetiva ao déficit habitacional brasileiro.

É notório segundo Maia, a falta ou a precariedade de planejamento das cidades que contribui cada vez mais para o aumento das periferias e ocupação de áreas desestruturadas, precariedade da mobilidade urbana, e dos conflitos fundiários urbanos e a valorização imobiliária que afasta a possibilidade de imóveis de habitação de interesse social para as franjas das cidades.

Os obstáculos para o desenvolvimento da política urbana e habitacional e urbana são um desafio para o Ministério das Cidades são os aumentos dos valores dos terrenos nas áreas mais estruturadas, a demora em atender com infraestrutura as moradias demonstram o descompasso entre a precariedade ou ausência de uma política pública planejada para as cidades e com isso empurra cada vez mais os empreendimentos habitacionais de interesse social para as franjas do perímetro urbano e a consequência disso é mais investimentos públicos em infraestrutura urbana e serviços públicos para essas áreas.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) criado em 2005 objetiva criar condições de acesso a terra e a moradia de interesse social nas faixas que compreende 0 a 3 salários mínimos e cria-se o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e outras fontes foram também disponibilizada. Entre os anos de 2003 a 2010 período do governo Lula foi elaborado o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) que seria o principal mecanismo para a política habitacional que tinha em sua primíssima atender faixas de até 3 salários mínimo.

Outro ponto que a professora Ermínia Maricato (2004) neste primeiro momento do processo de consolidação do Ministério das Cidades é a ausência técnica de informações da competência e de administração dos organismos municipais das prefeituras em não possuir um cadastro único para se ter uma noção do déficit habitacional e a real situação da infraestrutura.

O Programa de Aceleração do Crescimento criado em 2007 pelo Governo Federal objetivava estabelecer uma plataforma que desse subsídios a infraestrutura nos setores de logística (energia, saneamento, mobilidade), social e urbana.

Segundo o projeto Moradia, por meio de um ministério poderíamos tratar dos três maiores problemas sociais urbanos que, muitas vezes, na discussão dos planos diretores e dos debates urbanísticos não apareciam como centrais: o problema da moradia, em especial da moradia social, o problema do saneamento ambiental, compreendendo água, esgoto, drenagem e lixo, e o problema do transporte coletivo urbano. (MARICATO, 2004, p.01).

É fato, mencionar que a política habitacional teve erros e ações repetidas a política do extinto BNH, entretanto, estabeleceu a possibilidade de contemplar faixas da sociedade de renda entre 0 a 3 salários mínimos. Mesmo assim muito há de se fazer, mas em relação a outros países segundo a palestra de Maricato no XVI ENAPUR 2014/22/05 com o tema da Mesa redonda: Planejamento e urbanismo: novas tendências e consequências.

No ensaio publicado por Maia (2014) com o título: “Reforma urbana: os desafios das cidades” a autora reflete sobre a questão da gestão não integrada dificultam as políticas públicas mesmo que estas sejam bem-intencionadas dificultam e pioram o espaço urbano das metrópoles.

Maia (2014) exemplifica em primeiro momento a questão do planejamento urbano que está ligado a questão fundiária que implica em uma maior ou menor integração com a cidade, pelo custo elevado da terra nas áreas centrais empurrando os empreendimentos de caráter social para os limites da cidade, mas que encarece e demora garantir infraestrutura básica.

É importante salientar, que a nova reestruturação da política nacional de habitacional teve índices e estimativas bem diferentes entre os anos de 2005 e 2008 mesmo com altos índices de déficit habitacional. A criação do Ministério das Cidades possibilitou um acréscimo do déficit habitacional no âmbito quantitativo saindo de 5.875.426 para 6.307.253 habitações segundo a Fundação João Pinheiro de 2011.

O salto recente na construção de casas para a população de baixa renda no Brasil esbarra na limitação do planejamento urbano. Apesar de o programa federal Minha Casa Minha Vida ter contratado 3 milhões de financiamentos em cinco anos, dificuldades como o encarecimento de terrenos em áreas centrais e o atraso para atender as moradias com infraestrutura básica evidenciam a carência de estratégias para uma política urbana integrada no País em todas as esferas de governo.

Mesmo com os índices absolutos tenham subido o valor percentual no déficit em relação as moradias fixas diminuíram em 13,1% para 11,9% (FJP, 2008). Há então uma falsa informação sobre a diminuição do déficit habitacional. O que se percebe é um déficit nas rendas inferiores conforme a tabela 02 a redução ocorreu apenas nas faixas maiores que 3 salários mínimos e nas faixas de até 3 salários mínimos houve um aumento de 82,5% para 88,6%.

Entre os anos de 2003 a 2010 período do governo Lula foi elaborado o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) que seria o principal mecanismo para a política habitacional que tinha em sua primíssima atender faixas de até 3 salários mínimo.

3 RÁPIDAS LEITURAS A RESPEITO DO PMCMV

A política pública referente a questão do combate ao déficit habitacional Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009 no Brasil foi criada no sentido de estabelecer frente a forte crise econômica e desta forma incrementar um intensa cadeia de trabalho, serviços, fornecedores e contemplar camadas sociais menos favorecidas recursos para a efetivação e aceleração do PAC. Para isto, a própria União disponibilizou de recursos financeiros em torno de R\$14bilhões ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e cerca de R\$500) milhões ao Fundo de Desenvolvimento Social . Estes recursos ressaltam-se foram administrados pela Caixa Econômica Federal.

A professora Shimbo, 2010 pág. 98 realiza uma ampla reflexão dos bastidores do pacote habitacional “Programa Minha Casa, Minha Vida” foi lançado em 2009, como forma de acelerar as ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no setor habitacional, e neste contexto da “nova “política habitacional estava em planejamento desde 2004 no sentido de deslocar tal política de habitação social como também a habitação de mercado ao setor privado. Para isto, era necessário um conjunto de medidas para execução do programa habitacional

Ao mobilizar um conjunto de medidas de estímulo a produção habitacional, mantendo o desenvolvimento dos setores imobiliários e da construção civil, o pacote foi apresentado como uma das principais ações do governo em reação à crise econômica internacional e também como uma política social de grande escala. (SHIMBO, 2010, p 93).

O importante salientar que o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), está em sua segunda versão. Na primeira versão tinha o objetivo de proporcionar um milhão de habitações isso significaria o aquecimento não somente a economia nacional mais a toda uma cadeia de créditos, financiamentos, na construção civil e entidades civis (cooperativas, associações) que podem receber recursos para compra de terrenos, material de construção, mão de obra ou até mesmo a construção de unidades habitacionais em regime de mutirão. Assim, contemplando um número maior de indivíduos.

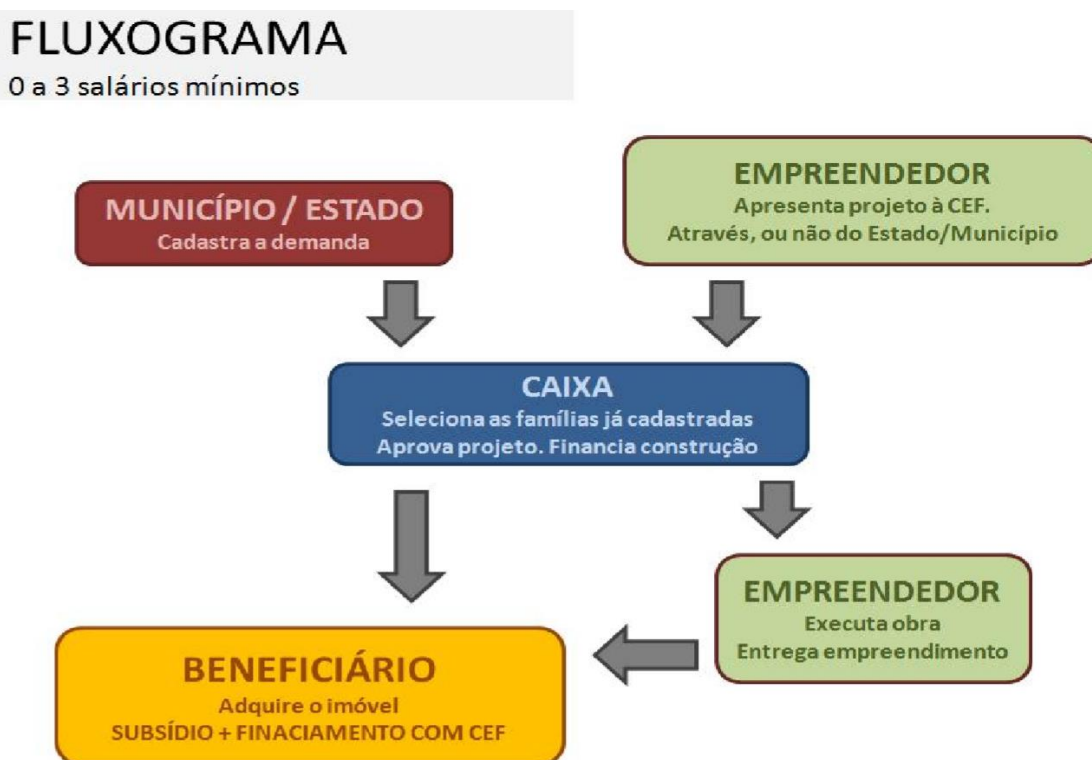
Para entender o PMCMV em suas fases distintas a primeira fase objetivava contemplar municípios com população de até 50 mil habitantes, sendo assim, o programa atua de forma mínima frente a modalidade empresarial. Desta forma, o PMCMV contemplava famílias com

rendas de 0 a 10 s.m. Assim não estavam alocados de forma uniforme os recursos para empreendimentos para as classes mais baixas; existiam divisões e faixas de renda (0 a 3, 3, 6, 6 a 10 s.m). Não garantindo segundo Whitaker (2009) a faixa de 0 a 3 s.m como prioridade.

A forma de implantação dos conjuntos habitacionais provenientes de recursos do Minha Casa Minha Vida vem sendo alvo de muita discussão entre os arquitetos, urbanistas, geógrafos e economistas do país. Assim como na década de 60, estes continuam sendo construídos em áreas distantes, com casas ainda menores. O que se vê novamente é o problema habitacional brasileiro sendo tratado como meramente produção de casas, sem um planejamento que adeque localização, infraestrutura e padrão de moradia. (OLIVEIRA, 2013, p.42).

A reflexão que se faz a respeito da política pública implementada nas últimas décadas exige uma longa reflexão, haja vista os vários “atores” envolvidos (localização, tecnologia de construção, projeto, mobilidade, acessibilidade). O que se percebe é que a qualidade dos conjuntos habitacionais está em forma de condomínio, provocando uma forte segregação com o resto da cidade e a exigência de se auto sustentar e gerenciar seus problemas.

Figura 1 - Fluxograma do PMCMV para a faixa de renda familiar mensal de 0 a 3 salários



Fonte: Elaborada pelo autor, adaptada da cartilha do PMCMV, CEF.

A reflexão que Benetti (2012) apresenta é em primeiro momento: não há riquezas espacial e sim a monotonia espacial por ser um único modelo para alocar um número cada vez maior de unidades e nos quesitos habitação aponta um retorno das tipologias de fachadas lisas e expostas, sem o cuidado de proteção adequada para possibilitar melhor conforto ambiental e energético e a possibilidade de diminuição de gastos a manutenção.

Outro ponto que o PMCMV tem privado é a criação de conjuntos ou residenciais nos eixos ou franjas extremos das cidades com menores índices de IDH, facultando aos moradores oportunidades de trabalho, dificuldades a acesso aos serviços e equipamentos públicos.

3.1 Faixas de contemplação 0 a 3 salários

No que compete a habitação de interesse social e terra significa sem dúvida é um desafio, sendo estes no módulo rural ou urbano pelo fato de cancelar a inclusão social. Podemos dizer que o fato de morar (habitar), proporciona ao cidadão a plena sensação de segurança. O PMCMV 1 na sua implantação que objetivava atender este público previa uma estratégia de recursos do Orçamento Geral da União (CGU). Esta manobra implicaria desde já entender que os investimentos públicos a fundo perdidos para essas faixas de usuários.

O modelo de produção habitacional pelo poder público com redução dos custos por meio da aquisição de terras longínquas e baratas e produção em larga escala (construções de conjuntos em grandes lotes) contribuiu para o agravamento do processo de periferização. (ROLNIK, 2010, p.13).

O Estado através de uma cartilha, “Como produzir moradias bem localizadas com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida?” (ROLNIK, 2010). Esta cartilha funciona como um manual para entes públicos (municipais, estaduais) como a sociedade civil especificamente para as famílias com renda até 3(três) salários mínimos reconhece principalmente as dificuldades no âmbito da localização desses empreendimentos em áreas distantes da cidade e que influencia na qualidade e renda dos moradores.

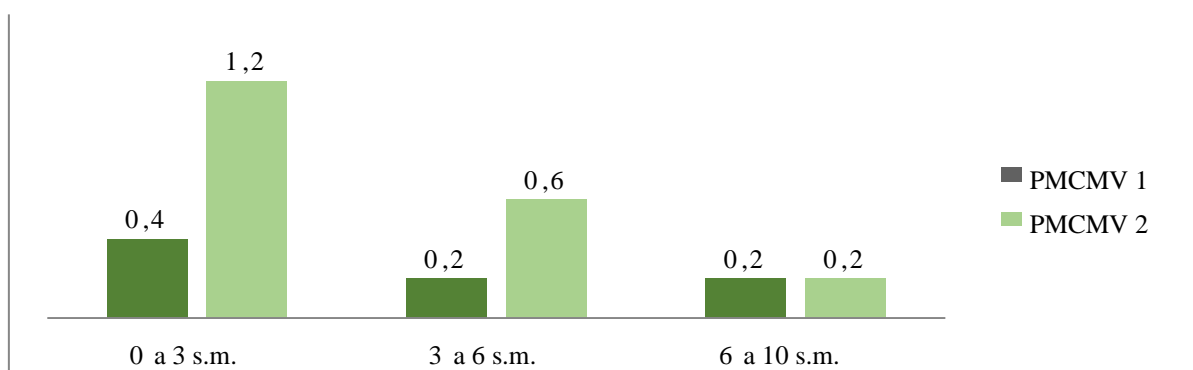
Quadro 2 - Alteração do volume de recursos com o lançamento do PMCMV 2, entre as diferentes faixas de renda

	0 a 3 s.m.	3 a 6 s.m.	6 a 10 s.m.
PMCMV 1	0,4 milhões	0,2 milhões	0,2 milhões
PMCMV 2	1,2 milhões	0,6 milhões	0,2 milhões

Fonte: LABHAB (2011).

O quadro acima demonstra as faixas contempladas tanto no PAC1 como no PAC2. No PAC 1 observar que o número de contemplados com renda superior a 3 salários até 10 salários ficou equilibrada com o número de edificações reservadas aos de renda 0 a 3 salários mínimos. O investimento total do PMCMV 2 é de R\$ 71,7 bilhões, sendo R\$ 62,2 bilhões provenientes do OGU e R\$ 9,5 bilhões do FGTS. Abaixo, o gráfico 02 estabelece o volume de investimentos nas faixas de renda tanto no PMCMV1 como no PMCMV 2.

Gráfico 2 - Comparativos da distribuição das metas de atendimento por faixas de renda entre os PMCMV 1 e 2, em UH.



Fonte: LABHAB (2011).

É importante salientar, que foram criados programas específicos para atender tais demandas sociais conforme a Portaria nº140, de 5 de abril de 2010 do Ministério das Cidades beneficiando o PMCMV1 e que delimitou parâmetros nacionais como prioridades os moradores das áreas de risco ou dela tenham sido remanejadas e as famílias cuja a responsabilidade é exercida pela mulher, entretanto não impediu que os Estados, Municípios e o DF não fomentasse suas especificidades regionais e locais.

- Fundo de Arrendamento Residencial
- PMCMV Entidades

- Programa Nacional de Habitação Rural/grupo 1
- PMCMV para municípios com população até 50 mil habitantes.

Estas são as modalidades de Fundo de Recursos financeiros para a efetivação de programas para habitação de interesse social segundo a Cartilha... propõe dar subsídios aos programas habitacionais com propostas diferenciadas e objetivos distintos. Desta forma, analisaremos de forma resumida seus objetivos e características.

3.1.1 FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL

O Fundo de Arrendamento Residencial: Ele é criado a partir das políticas habitacionais em 1999, Programa de Arrendamento Residencial (PAR), instituído pelo do Governo Federal, por medida provisória, em 1999, e depois regulamentado pela lei 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, para atender a população com renda familiar de até seis salários mínimos. e funciona como um “arrendamento mercantil”, ou leasing.

Sua proposta era edificar conjuntos habitacionais de pequeno porte de 160 unidades podendo chegar no máximo a 500 unidades dentro da malha urbana, aproveitando a infraestrutura já existente e os vazios urbanos diferente da política implementada pelo BNH que edificava as unidades habitacionais nos limites das cidades.

Entretanto, o próprio PAR passou a construir imóveis fora dos limites urbanos por questões econômicas. Tinha também em seu arcabouço de financiamento a recuperação de áreas de riscos ou ainda de necessidade preservação ambiental, revitalização e sítios históricos. Nas suas determinações estabelecia critérios como:

- As unidades residenciais com no mínimo 2 quartos, sala, cozinha e banheiro com exceção os provenientes de recuperação e requalificação. As casas são de apenas um pavimento isoladas ou germinadas e variam entre 33,00 a 35m² de acordo com a região do país.
- Área útil é previsto 37m² com exceção dos já mencionados os imóveis em recuperação ou requalificação e sítios históricos. Sendo em imóveis tipo apartamento a variação fica entre 33,00 e 37m² com no máximo (5) cinco pavimentos.

Há uma série de críticas relacionada este programa que vão das mensurações mínimas dos projetos a ausência ou precariedade da revisão dos projetos habitacionais implementados

neste programa e a dificuldade de atender a faixa de até 3s.m em função do aumento da faixa de renda.

3.1.2 O PMCMV ENTIDADES

O PMCMV Entidades foi criado a partir da publicação da Lei no 11.977, de 07 de julho de 2009, e suas alterações. Essa lei dispõe sobre as regras do Programa Minha Casa Minha Vida e direciona ao Poder Executivo a regulamentação do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU. É mais um programa do Governo Federal no sentido de atender populações com renda bruta de R\$ 1.600,00 em áreas urbanas objetivas também a possibilidade de unidades com padrões mínimos para garantir sustentabilidade e conforto e segurança.

Este programa viabiliza recursos tanto as pessoas físicas como a entidades que se articulam no sentido de unir os beneficiários para o Fundo de Desenvolvimento Social para a criação e efetivação de projetos de infraestrutura e outros fins e salienta-se que a captação dos recursos desse programa pode ser realizada por associações organizadas de forma coletiva. Sua formatação contempla de forma prioritária entre os beneficiários, mulheres chefes de família, portadores de necessidades especiais, idosos e populações em vulnerabilidade social.

3.1.3 PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL

Com o processo de redemocratização houve a iniciativa de várias medidas em relação a política agrária no Brasil. O INCRA Instituto Nacional de Reforma Agrária estabeleceu uma série de medidas (desapropriação de latifúndios improdutivos, títulos de terra, demarcação de assentamentos rurais) para o acesso à terra ao homem do campo e para que o mesmo fixe na terra.

Neste contexto segundo Bolter, Schneider e Haas (2015) existia uma dificuldade no acesso de créditos para a habitação rural para os trabalhadores rurais em função das condições diferenciadas entre as categorias urbanas da rural. Esta última, possuía uma receita (rendas) não eram fixas, gerando desta forma uma instabilidade financeira para assegurar e acessar o recurso dificultando diretamente as famílias com menor baixa renda.

O Estado do Rio Grande do Sul em 1999 teve as primeiras iniciativas no sentido de organizar ações no sentido de facilitar o crédito para aquisição de habitação de interesse social

aos trabalhadores rurais tendo como prioridade os antigos assentamentos já consolidados, e os provenientes da reforma agrária.

Neste contexto de diálogos várias instituições ligadas ao campo iniciaram operações no sentido de viabilizar o estreitamento e a facilidade destes recursos aos trabalhadores rurais e ganhou reforço com Primeira Caravana da Agricultura familiar, organizada pela federação dos Trabalhadores da Agricultura familiar da Região Sul do Brasil. A evolução deste grupo, proporcionou a articulação em 2003 para um programa de habitação rural nacional (PHR) que estava subordinado ao Programa Nacional de Habitação (PNH).

3.1.4 PMCMV PARA MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 50 MIL HABITANTES

O Programa Minha Casa Minha Vida estabeleceu novos critérios para a construção de novas unidades habitacionais para as cidades. O programa, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R\$ 1.600 (faixa 1), até R\$ 3.100 (2) e até R\$ 5 mil (3) através da portaria (13/08) a Portaria 363, que define os critérios para operar o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) nos municípios com população até 50 mil habitantes.

Segundo a portaria, os municípios com população inferior a 20 mil habitantes poderão construir através do programa até 30 unidades habitacionais. Os que tiverem população entre 20 e 50 mil poderão construir até 60 moradias. Serão, no mínimo, 3% das unidades habitacionais destinadas a idosos. O valor máximo de cada imóvel será de R\$ 35 mil.

O programa beneficiará famílias com renda de até R\$ 1,6 mil. O beneficiário deverá arcar com 120 prestações de R\$ 25,00 ou 5% da renda bruta familiar mensal. Abaixo na tabela adaptada por Corrêa 2012, pág. 27 pode-se ter uma noção do quantitativo de unidades produzidas em cada programa de HIS.

Quadro 3 - Distribuição de unidades contratadas na Faixa 1 por Programa

Programas	Total Uhs	%
MCMV - FAR	404.407	71%
MCMV-E - FDS	9.395	2%
PNHRural	5.167	1%
Municípios abaixo de 50 mil	63.772	11%
FGTS	88.580	15%
Total	571.321	100%

Fonte: Ministério das Cidades, 2011.

Os benefícios relacionados a produção de unidades habitacionais resgata determinados os compromissos do Ministério das Cidades em relação ao combate do déficit habitacional, entretanto, cria-se um “patamar” mínimo que o projeto contempla e determinadas cidades possui um número menos expressivo 50 mil habitantes e as dificuldades relacionadas a políticas habitacional ainda é uma “promessa”.

4 CONTEXTOS DA HABITAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

A região Norte, a presença das primeiras habitações sociais está ligada a marcos especiais como seus ciclos econômicos e de ocupação que movimentaram uma logística especial para a região. Neste contexto, a exploração por riquezas na Amazônia incentivou levas consideradas de migrantes para tal região, nesta lógica, vários desses indivíduos ficaram à margem de condições mínimas urbanas por conta do fluxo de pessoas ou pela velocidade das políticas públicas não contemplarem a parcela de imigrantes e trabalhadores serem ineficientes ou mesmo precárias para este fim.

No caso amazônico, a urbanização guarda, em grande parte, profunda relação com uma lógica intencional do Estado (MACHADO, 2000), principalmente a partir da década de 1960, quando o índice anual de urbanização se intensificou. O controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo poder público e o incentivo a grandes empreendimentos, asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana. (TRINDADE, 2011, pág 4).

A reflexão de Trindade estabelece um ciclo de relações a qual a posse da terra e levas de migrantes a região Norte está destinada aos atores que iram proporcionar condicionantes para o desenvolvimento dos seus empreendimentos que criam novos ritmos e demandas espaciais pelo consumo de terra urbana.

4.1 Primeiras habitações Sociais no Amapá e as Vilas Operárias em Macapá

O contexto que envolve a habitação popular em Macapá está intimamente ligado a uma lógica protagonizada pelo Estado. Num primeiro momento com a formação do Ex Território em que o Estado proveu um plano de habitação, mas que se restringiu apenas a funcionários públicos.

Desta forma, a população com menores condições financeiras foi conduzida a ocupar as áreas indevidas em todas as regiões amazônicas criando um rastro de ocupações, invasões, loteamentos clandestinos, favelas No Amapá, pelo fato de se tornar um Território Federal se fez necessário criar uma estrutura urbana mínima aos funcionários públicos do Ex-território. Outro grande referencial de explosão urbana na região amazônica com os grandes “Grandes Projetos” e sempre caracterizados por uma forte infraestrutura urbana, como vilas operárias.

Fotografia 1 - Anos 40 – Casa para funcionários do antigo Território do Amapá, construída na avenida Presidente Vargas, centro de Macapá



Fonte: Lázaro, João.

A fotografia acima, revela a infraestrutura realizada via Governo Federal faz parte de um acervo bibliográfico do editor João Lazaro que mostra as primeiras iniciativas de uma política habitacional promovida para os funcionários do Ex-Território do Amapá na cidade de Macapá na atual rua Presidente Vargas e Mendonça Furtado. De acordo com o aumento da demanda e alinhado com os interesses do Governo Central em promover de forma efetiva um corpo de funcionários efetivos, assim, havia-se a necessidade de criar uma política habitacional que pudesse acomodar os funcionários para auxiliar na administração do Território Federal do Amapá ainda nos anos 40. As vilas operárias dos funcionários do Ex-Território Federal do Amapá incentivou de certa forma a política habitacional a infraestrutura urbana.

Fotografia 2 - Anos 60 – Vista panorâmica da Vila Amazonas / Santana - AP



Fonte: Lázaro, João.

Para Tostes (2006), é de fundamental importância salientar a infraestrutura cabível para o sucesso do empreendimento e que possibilitasse o máximo de conforto aos funcionários das empresas sediadas no Ex-Território. Outro ponto de relevância é a temporalidade das ações de preparação de infraestrutura para a efetivação da inserção do espaço Amapaense a economia mundial a partir de suas potencialidades a qual o Prof^o Dr^o Jadson Porto da Universidade Federal do Amapá estabelece para o entendimento das características da inserção de Macapá como espaço produtivo atrelado a economia mundial.

O primeiro segundo Porto, se dá através da reorganização espacial entre 1943 a 1974, outro ponto seria entre os anos de 1975 a 1987 período que o plano estatal se diversifica para intensificar a produção no território; outro momento, é quando, o espaço amapaense deixa de ser um território e passa a ser um Estado da Federação e instrumentaliza a sustentabilidade econômica.

A urbanização é uma estratégia básica do Estado para a ocupação regional através da sustentação da mobilidade, possibilidade atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra, e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior. (TOSTES, 2006, p.32).

Neste aspecto, TRINDADE 2011 pág.04 percebe a consolidação dos processos de urbanização amazônica está intimamente articulado com a lógica internacional, desta forma, estabelece uma articulação com (Machado em 2000 e Becker 1990) a respeito dos processos de urbanização o acesso a terra e as migrações forçadas deram uma formatação estratégica para a ocupação do espaço amazônico em especial as cidades médias

4.2 O que contempla os planos diretores de Macapá de 1959 a 2004 a habitação social em Macapá

“O planejamento tem sido substituído pela improvisação é inelutável e por vezes induzida, seja por desconhecimento do manancial de ferramentas que os planejadores públicos dispõem em favor de gestores públicos” (TOSTES, 2012, p. 147).

A análise a respeito dos Planos diretores de Macapá possibilitara o entendimento dos desdobramentos relacionados ao processo de urbanização e ocupação de áreas sejam elas públicas ou privadas sinalizando desta forma a precária ou ausência por parte do poder público

em ações efetivas no sentido de incrementar soluções para as novas demandas populacionais em função das constantes levadas migratórias para o Território do Amapá. A referida análise discorrerá apenas as soluções ou direcionamentos a política habitacional nos planos diretores que foram idealizados desde 1959 a 2004.

4.2.1 PLANO GRUNBILF 1959 A 1973

Embora a lei seja de 2001, algumas cidades brasileiras já haviam elaborados seus planos urbanísticos, dentre as quais Macapá que, na década de 1960, concebeu seu primeiro plano urbanístico, denominado plano GRUNBILF DO BRASIL. Este objetivava disciplinar a política de expansão da rede elétrica, através da usina hidrelétrica “Coaracy Nunes” na perspectiva de viabilizar o desenvolvimento econômico do Território, através do grande capital que irá fomentar a economia através da exploração das reservas de manganês no território do Amapá.

Segundo Tostes (2006) o Plano Grumbilf em sua proposta de dimensionar a energia no Território se fazia necessário outros serviços estarem projetados, ou melhor, dimensionados como água, esgoto. Outro ponto a ser refletido é a perspectivas em função da sua amplitude a curto e médio tempo na sua implementação de 5 a 10anos mais pouco atendeu os aspectos sociais, econômicos, físicos e institucionais já que seu objetivo segundo seu contratante CEA não estava nos planos o desenvolvimento urbano de Macapá e sim viabilizar o processo de expansão de redes de energia no Território.

Para Tostes (2012) o Plano Grunbilf estabeleceu um “criterioso diagnóstico, desde as condições topográficas da cidade de Macapá, com identificação de lagos e igarapés e a situação de cada um por entre os diversos bairros existentes.”. A formatação da cidade em ruas largas daria soluções urbanísticas e sua proposta de expansão seguiria a BR 156 de forma estritamente horizontal provocando vários vazios urbanos e ausência de programas habitacionais. A população estimada em 100 mil habitantes em 30 anos, mas que foi ultrapassada já nos anos 80 para 137mil habitantes. Na reflexão de Tostes (2006), observaram que o Plano Grunbilf não habilitou soluções as situações a exemplo de âmbito sanitário.

Havia uma preocupação da Grumbilf em manter e preservar as condições naturais da cidade de Macapá com seus igarapés, lagos e ressacas e a conservação do seu traçado. Segundo Tostes 2012, o plano Grumbilf, direcionava a possibilidade de promover esportes aquáticos nestas áreas e sinalizava o crescimento da cidade para Zona Norte de Macapá sinalizando um crescimento urbano de forma horizontal, mesmo assim percebeu-se vários espaços “vazios “na

cidade que poderiam ser utilizados para projetos habitacionais, mas que seus fins ficaram destinados a especulação imobiliária.

Este boom de empresas vindo para o Amapá habilitou um surto de desenvolvimento e oportunidades e de recursos financeiros que segundo Drummond 2007 elevou os indicadores sociais e econômicos. Entretanto, não houve por parte do poder público a condução desses benefícios para proporcionar qualidade de vida urbana e um desenvolvimento efetivo.

Para Magalhães 1992 houve uma intensificação de fluxos migratórios para Macapá entre 1950-1960 que desencadeou problemas de invasões de espaços anteriormente considerados inadequados para a ocupação e edificação de residencial acarretando em um processo de favelização.

Outro ponto que irá influenciar segundo Tostes 2012 foi a previsibilidade da população estimada em Macapá. Os estudos realizados apontaram que a população de Macapá chegaria a 100 mil habitantes em cerca de 30 anos, entretanto logo nos fins dos anos 80 a população de Macapá já estava entorno de 137 mil habitantes em Macapá.

É fato perceber que os fluxos migratórios para esta região foram motivados em função dos projetos vinculados a mineração e com isso segundo PORTILHO, 2006.

Os migrantes, na maioria pessoas sem qualificação profissional, que foram atraídas ao novo Estado na esperança de construir uma vida melhor, depararam-se com uma realidade inteiramente diferente daquela veiculada em propagandas nos meios de comunicação de massa ficando a mercê da sorte, sem emprego, sem recursos financeiros, restando-lhes como alternativa de moradia a ocupação das áreas de ressaca, espaços que se apresentavam desprovidos de infra-estrutura que possa garantir a população condições de vida digna” ocupação. (PORTILHO, 2006)

É fato perceber, segundo PORTILHO, 2006 que os fluxos migratórios para esta região foram motivados em função dos projetos vinculados a mineração e com isso cria-se a expectativa de condições de vida melhor.

Outro ponto importante que o referido plano sinalizou foi o espraiamento da cidade no sentido BR 156 e prevalecendo a horizontalidade das habitações mesmo com grandes vazios urbanos na cidade por longo período. Este aspecto dos vazios urbanos dentro da cidade de Macapá por longos anos e ausência de políticas efetivas de habitação pela falta de incentivo e sem expectativa financeira da própria população aliado a ausência de um plano de mobilidade urbana oportunizou as áreas mais sensíveis sem valor imobiliário como as áreas de ressaca e canais, mas, bem mais próximas dos aparelhos urbanos.

A ausência da participação popular segundo Lago, 2004 a qual Tostes cita reforça a política intervencionista e sem soluções para os vários problemas urbanísticos da cidade e que a política tanto de ocupação como de zoneamento seria definida pelo uso do solo. E mesmo com a viabilidade de alternativas para assegurar o uso do solo de forma mais eficiente estas foram deixadas de lado e opostas às idealizadas.

O Plano Grumbilf de 1959 não conseguiu edificar suas propostas muito menos propõe soluções para todos os problemas urbanos de Macapá, mas habilitou um relatório de zoneamento a partir do uso do solo. Para Tostes 2006 “Um plano de desenvolvimento urbano é um conjunto de estudos e proposições que objetivam organizar e orientar as ações necessárias ao atendimento das crescentes solicitações da população, inter-relacionando aspectos econômicos, físicos, sociais e institucionais” Percebe-se de forma evidente que não possibilitou soluções para o âmbito da habitação. Sem um plano para elaboração de uma política habitacional, sem a definição de áreas específicas em Macapá para o empreendimento imobiliário e muito menos de mobilidade urbana serviu de incentivo a ocupação de sistemas frágeis (ressacas), mas que estavam próximos do centro da cidade.

4.2.2 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO PDDU - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO 1973 A 1979

A proposta de realizar um Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá uma parceria entre o Governo do Território e Ministério do Interior e recursos Federais segundo Tostes (2012) objetivava orientar o desenvolvimento exclusivamente municipal e tinha objetivos estruturantes. Nota-se assim, que o Plano PDU FJP, tinha em sua base o Plano Grumbilf, mas que agora reunia esforços para conquistar seus objetivos.

- a) Ocupação urbana e o zoneamento para uso do solo.
- b) Criar reservas de espaços para a expansão urbana
- c) Destinar recursos para infraestrutura
- d) Diretrizes técnicas para intervenção municipal.

Neste plano de desenvolvimento (PDUFJP) houve a seleção de áreas para expansão urbana e núcleos habitacionais. Dessa forma, Tostes (2006) analisa que houve na década de 80 investimentos relativos a efetivação de conjuntos e áreas urbanizadas a exemplo: como: Cabralzinho e Parque da Lagoa, Lagoa dos Índios, Jardim Equatorial, Jardim das Oliveiras,

Conjunto Samarino e Jardim Marco Zero no Bairro das Pedrinhas, Conjunto da EGO, Laurindo Banha e o Bairro dos Congós.

No âmbito da estrutura urbanística identificou dois aspectos relevantes. O primeiro considerando o complexo urbano como todo e o segundo, a área central já consolidada e direcionada suas funções para se adequar as novas dinâmicas urbanas. Neste ponto, as ruas orientadas sentido norte-sul teriam média 24m de secção transversal e as orientadas no sentido Leste-Oeste entorno de 24m. Constituído de binários que teriam vias duplas paralelas para grandes percursos e fluxos intensos. Esse sistema era alimentado a partir pelas vias coletoras e a função era de distribuir no Sistema Viário Principal.

Este Plano orientou as possíveis áreas para núcleos habitacionais observando entre outros itens à distância razoáveis a área urbanizada e com devido acesso e possibilidade para a extensão da infraestrutura urbana já que havia um adensamento urbano. As áreas previstas nos estudos da FJP direcionava para hoje conhecemos como bairros do Pacoval e Buritizal mas o estudo não levou em consideração as novas dinâmicas econômicas dos anos 90 como a criação da Área de Livre comércio e os períodos eleitorais que sempre atraíram novos fluxos migratórios.

Essas áreas mesmo ocupadas de forma precária e comprometendo a qualidade das habitações e conseqüentemente a dos moradores que ali habitam nestas áreas úmidas. Neste momento o governo do Ex-Território não possuía mecanismos legais para impedir o processo de ocupação desordenada que afunilou graves problemas a cidade como um todo e assim como a alta valorização de áreas centrais desencadeou uma “marcha” para as áreas intermediárias ou periféricas. Mas que exigiria mais investimentos em infraestrutura.

Percebe-se nitidamente que os fluxos migratórios mesmo em condições precárias preferiam ficar próximo do centro em função da mobilidade bem diferente das áreas periféricas.

4.2.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO H.J. COLE & ASSOCIADOS S.A. 1977 A 1979

O Plano a ser analisado é o Plano de Desenvolvimento H.J. Cole & Associados (1977-1979) tinha como objetivo identificar as potencialidades econômicas da região. Entretanto, esses estudos pautados em previsões estatísticas naturais de crescimento populacional, entretanto não levou em conta outros fatores que fomentou o processo migratório para Macapá como a exploração do ouro, e a Zona Franca de Macapá não se concretizou segundo dados do IBGE de 1990.

Este plano tinha um amplo projeto de desenvolvimento que contemplava vários municípios como Mazagão, Amapá, Calçoene e o Oiapoque e ainda Macapá. A análise se deterá em Macapá no sentido de compreender se o plano teve influencia no âmbito de políticas relacionadas a destinar áreas ou projetos de habitação social para as populações que já se alojavam dentro da malha Urbana de Macapá mas estavam em situação de vulnerabilidade

Tabela 4 - Evolução do crescimento demográfico entre os anos 1980 a 1997

BASE	LOCAL	ANO				
		1991	1980	1995	1996	1997
	População do Estado	289.397	175.257	326.188	379.459	401.196179
	População de Macapá	179.777	137.451	189.080	220.962	234.083

Fonte: IBGE/AP.

- Taxa de crescimento populacional no Estado (período 91/96) = 31,12% e 5,3% anual;
- Taxa de crescimento populacional de Macapá (período 91/96) = 22,90% e 4,28% anual;
- No ano de 1997, registra-se uma taxa de urbanização no Estado, na ordem de 87,14%.

A tabela 4 estabelece a evolução do crescimento demográfico entre os anos 1980 a 1997 e o destaque maior é em 1997 que apontou um crescimento de 87,14%. O Plano em si encontrou grandes dificuldades no processo de desenvolvimento para o Macapá em função de sua economia estar atrelado a setores extrativistas e aos programas de desenvolvimento implementados pelo Governo Federal por conta disso, o Estado promoveu uma série de projetos (Governo Capiberibe anos 90).

Para fomentar a economia local, (turismo) mas estes não lograram êxodo. Para Tostes (2012) o Plano ficou no nível tecnocrático e a participação popular que fora considerada ponto estratégico para o bom desenvolvimento de projetos sociais foram impedidos. Mesmo assim o fluxo migratório continuou a avançar sem que o Estado não correspondia de forma efetiva infraestrutura e áreas para promoção de uma política de habitação de caráter social no Estado.

Os jornais da época noticiavam com grande veemência os investimentos realizados pelo Governo Federal e o empenho do Governador do Território Aníbal Barcelos em atrair recursos e destinar seus propósitos a cidade de Macapá e parte de Santana.

Aprovado empréstimo para o PROMORAR

“O Ministro da Fazenda aprovou o empréstimo de 1 bilhão e 98 milhões de cruzeiros concedidos ao BNH ao Governo do Território Federal do Amapá sendo que 116 milhões já foram aplicados pelo Governador Aníbal Barcelos de 1980 até no Projeto Promorar.” (APROVADO...1982)

As faixas contempladas para os empreendimentos imobiliários foram acima de três salários mínimos no sentido de diminuir os riscos de inadimplência tendo em vista as estruturas econômicas fomentadas a partir dos “Projetos de Desenvolvimento” (ICOMI).

A tentativa dos Planos Diretores em Macapá segundo Tostes (2012) estabeleceu a importância de se pensar o planejamento urbano como um instrumento fundamental para o desenvolvimento urbano. Entretanto a fragilidade dos planos diretores culminou a falência da possibilidade de se fomentar não somente em organizar de forma efetiva mas minou a possibilidade de se ouvir a sociedade em seus anseios e contribuições para melhor integrar de uma política pública urbana.

4.2.4 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ 2004

O Plano Diretor de Macapá 2004, Nº. 026/2004-PMM, sancionado em 20 de janeiro de 2004, surge a partir de uma exigência da Constituição de 1988 e segue como uma normativa do Ministério das Cidades em que as cidades com população com mais de 200000 habitantes teriam que apresentar um plano diretor já aprovado, que direciona ao plano diretor responsabilidades de estabelecer uma política urbana e que garanta a moradia como função social segundo as recomendações do Ministério das Cidades.

Para isso, o estado deveria atuar fortemente com políticas públicas voltadas para inibir e evitar a ocupação das áreas de ressacas, assim como também, intervir nas áreas de ressacas com serviços voltados a preservação e com isso manter paisagismo natural das áreas de ressacas, tornando-as atraente e valorativa. (BARBOSA, 2013, p. 146).

O Plano Diretor de Macapá de 2004 não conseguiu estabelecer o processo de ordenamento urbano. E dessa forma, se tornou ineficaz o plano no diz respeito a ausência de uma ação efetiva a ocupação das áreas úmidas de Macapá. Para Tostes (2012) algo em torno de 100 mil indivíduos sem opções de moradia e emprego que vieram que migraram para Macapá

seduzidos pelos grandes empreendimentos fomentados pelo Estado. As áreas úmidas, tornaram-se as únicas opções de moradia mesmo sendo protegidas legalmente.

“É preciso enfatizar que o fracasso dos PDs anteriores sempre esteve relacionado à falta de adoção de medidas posteriores à aprovação do plano o que na prática inviabilizou a implementação deste importante instrumento público” (TOSTES, 2006, p. 112).

O insucesso dos Planos Diretores se deu em função da precária e ausência de articulação entre as próprias secretarias e o PD não ter uma ampla divulgação para a sociedade civil organizada entender que o mesmo é um instrumento importante para mitigar situações que envolve aspectos urbanos, ambientais, econômicos de saúde pública e principalmente a participação efetiva da sociedade.

5 EDIFICAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E PAC EM MACAPÁ

O capítulo a seguir habilitara a condução das políticas públicas voltadas à habitação de interesse social em Macapá e sua área metropolitana. Isto posto, para melhor compreensão de dados e especificações referentes aos programas habitacionais promovidos em Macapá e região apresentaremos uma divisão metodológica para apontar os aspectos importantes na política habitacional e iniciativas sendo federais, estaduais e municipal no âmbito da política habitacional de interesse social, aspectos locacionais e de qualidade arquitetônica todos esses quesitos que atenderam a habitação de interesse social em Macapá.

O mapa abaixo corresponde a localização dos conjuntos habitacionais em Macapá como um todo no espaço urbano da cidade. O que se percebe em relação a espacialização e localização dos conjuntos estão dentro da malha urbana da cidade, se compararmos com outras capitais, entretanto não significa uma ampla acessibilidade e mobilidade aos moradores dos conjuntos populares mais afastados a exemplo: Conj. Barcelos, Conj. Boné Azul, Macapaba, Vitória Régia, Mestre Oscar. Percebe-se, que se perpetuam as antigas políticas habitacionais que ainda se perpetuam em levam os empreendimentos para os limites ou franjas da cidade implicando em outro circuito de problemas a exemplo deslocamento, infraestrutura, serviços.



Fonte: TOSTES.blogspot.com

Entre os conjuntos de interesse social que estão no âmbito dos programas sociais destacamos: Conjunto Habitacional Parque dos Buritis, entregue em 2010 PMM PAC, Conjunto Habitacional Mucajá entregue em 2011 PMM PAC, Conjunto Habitacional Mestre Oscar entregue em 2013 e o Jardim Açucena com previsão de entrega ainda em 2016.

5.1 Política habitacional de interesse social e a demanda e cadastro no Amapá

O FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) como PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) estavam diante de um desafio de minimizar custos é um dos elos para a efetivação dos programas habitacionais nos pais e não é diferente em Macapá assim como a disponibilidade de terra urbana que uma vez essa sendo escassa evidentemente os custos para a construção e a precariedade ou até a ausência de infraestrutura de serviços básicos (educação,

segurança, água, energia, rede de esgoto) pesam nos custos e conseqüentemente na manutenção dessas famílias remanejadas para esses empreendimentos.

No ensaio publicado por Maia (2014) com o título: “Reforma urbana. Os desafios das cidades” a autora reflete sobre a questão da gestão não integrada dificultam as políticas públicas mesmo que estas sejam bem-intencionada dificultam e pioram o espaço urbano das metrópoles.

Maia (2014) exemplifica em primeiro momento a questão do planejamento urbano que está ligado a questão fundiária que implica em uma maior ou menor integração com a cidade, pelo custo elevado da terra nas áreas centrais empurrando os empreendimentos de caráter social para os limites da cidade, mas que encarece e demora garantir infraestrutura básica.

Os empreendimentos no âmbito da política habitacional que corresponde ao universo com teto limitar 0 a 3 salários mínimos em Macapá estão atrelados a questões no âmbito fundiário, econômico e mercadológico e dessa forma das especificações diferenciadas. As especificações do financiador “Caixa Econômica Federal” por pessoa física (carta de crédito FGTS) ou jurídica (Credito do FGTS e do FAR modalidade alienação) que Macapá, é a modalidade que mais se expressa.

5.2 Aspectos locais em Macapá

A política de habitação de interesse social em Macapá foi estabelecida de acordo com os critérios que existiam na época, entretendo percebe-se nitidamente que a organização espacial dos conjuntos habitacionais de interesse social na faixa de 0 a 3 salários mínimos foram distribuídos na malha urbana. Com os fortes fluxos migratórios em função da criação da Zona Franca de Macapá segundo Tostes 2012. Destacamos alguns empreendimentos na faixa compreendida de habitação social.

“... nos anos 90, a criação da área de livre comércio é marcada historicamente pelo forte processo migratório e elevados índices de ocupação urbana, com altas taxas em relação à região norte. Surgem neste período inúmeros bairros e novos loteamentos.” (Tostes, 2010).

destacamos:

- Boné Azul 1992
- Conjunto Habitacional do Barcelos – Novo Horizonte 1993
- Conjunto Habitacional do parque dos buritis – Infraero II 2010

- Conjunto Habitacional Mucajá 2011
- Conjunto Habitacional Mestre Oscar 2013
- Conjunto Habitacional Macapaba 2014
- Conjunto Habitacional São José (em fase de inauguração) 2015
- Jardim Açucena (em fase de inauguração) 2015

Segundo Tostes (2014), a promoção da execução dos conjuntos habitacionais de interesse social não houve critérios locacionais e sim foram impostos e de forma aleatório na malha urbana de Macapá.

No caso da cidade de Macapá, optou-se durante décadas em construir unidades isoladas, contribuindo para segregar o espaço urbano, espaço carente de maior oferta de bens e serviços. A cidade cresceu na horizontalidade, encarecendo um conjunto de serviços de natureza estrutural como, água, energia, transporte coletivo, saúde e educação. (TOSTES, 2014, p. 37).

Como visto na FIGURA 2 anteriormente, define a localização de alguns conjuntos habitacionais de Macapá. A reflexão do professor Whataker (2009) estabelece a respeito sobre a escassez de terras no circuito urbanizado nas grandes cidades no sentido de atender as prerrogativas do Estatuto das Cidades (IPTU progressivo no tempo, regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social ZEIS) esses instrumentos que ainda são pouco instrumentalizados pelas prefeituras municipais possibilitariam o acesso à terra urbana e facilitaria a implementação de uma política habitacional de interesse social mais justa menos excludente no âmbito urbano.

O Conjunto Residencial Mucajá que foi concebido na política habitacional contingenciada pelo PAC Programa de Aceleração do Crescimento foi entregue em 2011 através de contrapartida da Prefeitura Municipal de Macapá juntamente com o PAC. Importante destacar sua posição no âmbito urbano de Macapá está em um espaço privilegiado com todo um circuito de aparelhos urbanos e com forte acessibilidade e mobilidade aos usuários de transporte coletivo.

A tabela abaixo nomeia os conjuntos habitacionais em Macapá e seus respectivos programas e suas características desde 1987 a 2014.

Quadro 4 - Conjuntos habitacionais de Macapá

Nome do conjunto	Ano	Características	Esfera
Conjunto Habitacional Cabralzinho	1987	Horizontal	GEA
Conjunto da EGO	1987	Vertical	Empresa Particular
Conjunto da Embrapa	1987	Vertical	ENDESUR
Conjunto Habitacional Vitória Régia I	1987	Horizontal	EMDESUR
Conjunto Habitacional Hospital de Base	1987	Horizontal	ENDESUR
Conjunto Habitacional Boné Azul	1992	Horizontal	GEA
Conjunto Habitacional do Barcelos – Novo Horizonte	1993	Horizontal	GEA
Conjunto Vitória Regia II	2000	Vertical germinada	GEA
Conjunto Habitacional do Parque dos Buritis – Infraero II	2010	Horizontal	PMM-PAC
Conjunto das Pedrinhas	2003	Vertical	GEA
Conjunto Habitacional Mucajá	2011	Vertical	PMM-PAC
Conjunto Habitacional Mestre Oscar	2013	Horizontal	PMM – PMCMV
Conjunto Habitacional Macapaba	2014	Vertical	GEA- PMCMV
Conjunto Habitacional São José	Entrega 2014	Vertical	PMM- PMCMV
Jardim Açucena	Início de obras 2014	Vertical	PMM- PMCMV

Fonte: EMDESUR, SEINF, SEMDURH, adaptado pelo autor (2016).

No quadro 4 acima, observa-se a relação dos conjuntos habitacionais promovidos tanto por políticas via PAC, PMCMV como também ENDESUR e GEA e seus respectivos anos de entrega e sua tipologia (casa ou apartamento). O objeto de análise em questão é o Conjunto Residencial Mucajá, que está localizado atualmente no Bairro Beírol.

5.2.1 DEMANDAS HABITACIONAIS DE MACAPÁ E O CADASTRO

As recomendações previstas pelo Ministério das Cidades em relação as populações remanejadas de áreas de riscos, reassentamento sugerem e primam pela melhoria da qualidade de vida desta população objetivando resgatar relações econômicas, sociais.

Atualmente o déficit habitacional em Macapá segundo dados do PMM Prefeitura Municipal de Macapá em 2013 era algo em torno de 27 mil casas e para minimizar o déficit foi elaborado um cadastro único através da internet em que qualquer pessoa que esteja dentro dos requisitos que possibilitam a homologação da inscrição. Outro dado fornecido pela Fundação João Pinheiro e divulgado em seu relatório em 2015.

Não existe dados recentes sobre o déficit habitacional de Macapá. Mas o último levantamento municipal, da Fundação João Pinheiro (FJP) em parceria com o Ministério das Cidades, apontava uma defasagem de 21.104 moradias na capital amapaense, em 2010.

Percebe-se de certa forma a dificuldade de dados mais precisos em relação ao déficit habitacional em Macapá. Há sem dúvida por parte dos entes públicos em estabelecer políticas que venham diminuir o déficit habitacional através de um cadastramento onde qualquer indivíduo dentro dos critérios já estabelecidos possa ser contemplado.

Porém, segundo os dados da FJP publicado no G1(jul/2015), não há um dado concreto a respeito do déficit habitacional em Macapá. Para Tostes (2014), mesmo com histórico de ausência de políticas públicas relacionadas à habitação e a precariedade e ausência e descontrole das invasões em Macapá a construção de dos empreendimentos via PAC e MCMV soluciona uma parte considerada desta demanda por habitação. Ressalta-se que entre 2010 a 2015 foram inauguradas 3104 unidades habitacionais.

5.2.2 LOCALIZAÇÃO E QUALIDADE PROJETUAL E ARQUITETÔNICA DOS CONJUNTOS DE INTERESSE SOCIAL EM MACAPÁ

Para se ter uma noção dos aspectos relacionados a qualidade projetual e arquitetônica dos conjuntos de interesse social caso o Mucajá se faz necessário um entendimento da política habitacional a nível nacional e daí percebe-se que os problemas relacionados a qualidade

projetual e arquitetônico está evidenciada em vários empreendimentos de habitacionais de interesse social pela Brasil.

Um dos primeiros problemas elencados que compromete a qualidade do projeto arquitetônico está intimamente relacionado a custos tanto do projeto como do terreno. O programa paga as construtoras certa de R\$ 76 mil por unidade construída, está por sua vez tem um padrão mínimo se for da tipologia apartamento é de 39m² que é o mínimo estabelecido as unidades para a faixa salarial 0 a 3 salário e o interessante se a construtora apresentar um projeto com 60m² vai receber o mesmo valor pago pelos 39m². Assim, desestimula as construtoras em ampliar ou até mesmo sugerir projetos com maior possibilidade de conforto e melhor uso e assim não abrem mão de um centímetro no projeto afim de não comprometer seu lucro.

Para Ribeiro, Bolous e Szermeta (2014) em seu trabalho intitulado “Como não fazer política urbana”, realiza uma reflexão sobre terras urbanas com maior infraestrutura em posse das construtoras que reservam para empreendimentos com faixas diferenciadas de maior poder aquisitivo e direciona espaços menos valorizados mais baratos (periferia) com menos infraestrutura ou até mesmo ausente de serviços públicos para a efetivação dos projetos e empreendimentos habitacionais de interesse social.

A análise compreendida é que as áreas periféricas para a implementação de habitação de interesse social nas áreas já possuem um gasto pela falta de infraestrutura já na fase de construção e dessa forma, a construtora apresenta projetos mínimos, sem levar em conta um arcabouço se situações relacionadas ao conforto, despesas e receitas para a manutenção e garantia de qualidade de vida desta família remanejado.

Para Benetti (2012) observa os padrões dos projetos MCMV e a qualidade das unidades habitacionais um verdadeiro “retrocesso” segundo autor em função da perda da possibilidade de criar novas formas em vez de repetições de fachadas lisas, expostas ao sol comprometendo conforto e a renda com consumo elevado de energia elétrica.

Já nos conjuntos habitacionais Minha Casa Minha Vida, o que vemos em linhas gerais é uma habitação voltada para dentro, para o modelo de condomínio fechados com um único ponto de contato com a malha urbana e, geralmente, monofuncionais.

As unidades habitacionais são de baixo padrão construtivo, o que leva a duvidar da sua vida útil (...)

Os arranjos internos privilegiam a máxima ocupação do solo, com alta taxa de impermeabilização e ausência das fachadas, sem nenhuma consideração com

orientações e proteções contra o sol, certamente provocam um aumento do consumo de energia e a falta de conforto ambiental. (BENETTI, 2012, p. 86).

A implementação dos programas de habitação de interesse social (PMCMV, 2009) que objetivava produzir cerca de 2 milhões de unidades habitacionais as famílias com renda até R\$ 5.000,00 estão disseminadas no Brasil como uma tentativa de diminuir o déficit habitacional brasileiro, mas que ainda não foi solucionado.

Percebeu segundo Saramago e Villa (2013) reflete sobre a ineficiência das unidades habitacionais protagonizadas pelas políticas de habitação de interesse social não atendem de fato as reais necessidades dos usuários e das funções básicas do ambiente doméstico.

As moradias também são consideradas inadequadas ao atendimento de demandas tradicionais, pois, de maneira geral, sua configuração física ocasiona uma sobreposição de atividades nos ambientes, dificulta a instalação de equipamentos básicos e desconsidera a necessidade de estocagem dos moradores. Sendo assim, segundo Kowaltowski (1995), como as tradicionais e as novas funções dos ambientes domésticos não são contempladas, torna-se comum a realização de reformas em habitações de baixo custo. (SARAMAGO; VILLA, 2013, p. 02).

Outro ponto da análise refere que a política habitacional implementada a nível nacional segundo não observa as particularidades regionais relacionadas ao clima contribuindo para o desconforto térmico e luminoso e com isso contribui ainda mais para uma série de problemas relacionados aos custos em função da ausência da eficiência dessas unidades.

O problema habitacional brasileiro vai além da ineficiência do “modelo de morar mínimo”, na medida em que a periferização dos conjuntos habitacionais agrava a situação. Afinal, mantendo-se um padrão de implantação de casas isoladas em lotes localizados em áreas distantes, esse tipo de produção consolida um modelo de circulação e mobilidade dependente do transporte automotor, exigindo a organização de uma série de infraestruturas de apoio (vias de ligação, transporte coletivo, equipamentos educacionais e de saúde, entre outras). (SARAMAGO; VILLA, 2013, p. 02).

A necessidade de se refletir no âmbito da política habitacional no Brasil quando se tratando de padrões de interesse social vai muito além do que retirar ou contemplar as famílias das áreas de risco, favelas, assentamentos precários ou vítimas de sinistros e se achar que

alocarmos dentro de um “padrão” reflete a dignidade e total satisfação em relações as condições anteriores.

Em Macapá, na categoria de cidade média, sua escala é menor, porém, há conjuntos e residenciais de interesse social tanto dentro da malha urbana como nas franjas da cidade. Abaixo exemplos de conjuntos residenciais em Macapá integrado a malha urbana e aos serviços urbanos com fácil mobilidade e acessibilidade o CR Mucajá, e outro que se localiza na Zona Norte de Macapá CR. Macapaba já nas franjas da cidade com uma precária rede de serviços e acessibilidade como mobilidades comprometidas.

Fotografia 3 - CR Macapaba



Fonte: Autor (2016).

Fotografia 4 - CR Mucajá



Fonte: Anatier.

Acima, exemplos de conjuntos residenciais em Macapá integrado a malha urbana e aos serviços urbanos com fácil mobilidade e acessibilidade caso CR Mucajá, e outro que se localiza na Zona Norte de Macapá, caso CR Macapaba já nas franjas da cidade com uma precária rede de serviços e acessibilidade como mobilidade comprometidas. O comum, são as tipologias já citas por Benetti de suas fachadas lisas, ausências de áreas verdes, excesso de calçamento aumento a dificuldade de percolação da água e aumento do desconforto térmico.

5.3 Da vila Mucajá ao Conjunto Residencial Mucajá

A antiga favela do Mucajá ou Vila do Mucajá, no bairro Santa Inês tem seu processo de ocupação a partir dos anos 60 ocupava uma área considerada de risco de desabamento e de alagamento por estar dentro de uma área de ressaca. As famílias que compõe e ocupavam aquele espaço são provenientes de fluxos migratórios motivados pela perspectiva de melhor qualidade de vida e famílias oriundas das ilhas do Pará.

O número de famílias que foram remanejadas da antiga Vila do Mucajá para o Residencial Mucajá foram 1,097 famílias distribuídas em 597 unidades habitacionais. Estes moradores são oriundos dos assentamentos subnormais, áreas de risco, favelas, e outros iguais que se incluem no rol de categoria de aglomerado de domicílios autoconstruídos e em grande parte construídos em terrenos privados ou áreas protegidas por lei.

A favela do Mucajá ocupa uma área de encosta e outa, de grande possibilidade de alagamento em função de estar localizado em área de ressaca, aumentando, desta forma, o risco de desabamento (Figura 3) e de doenças provenientes da água parada embaixo das casas. Neste ambiente de risco iminente, a população prefere ficar no local em função da proximidade do trabalho de que as opções oferecidas pelos órgãos municipais, que estão em locais mais distantes do centro da cidade e agravado em função da precariedade dos transportes públicos. (AZEVEDO, 2014, p. 95).

Neste ambiente de risco iminente os moradores da Vila do Mucajá preferiam permanecer no local em função da proximidade do centro da cidade e da flexibilidade de mobilidade e acessibilidade para suas funções laborativas. Abaixo, uma fotografia de uma reportagem noticiado em Janeiro de 2003 realizada por Ângelo Fernandes com título: Vila do Mucajá sofre perigo de desabamento alertando sobre os possíveis riscos de habitar na Vila do Mucajá em função da possibilidade de desabamento da encosta.

Fotografia 5 - Vila Mucajá sofre perigo de desabamento



Fonte: Fernandes (2003).

Mesmo com evidências de riscos eminentes os moradores resistiam em sair do local por motivos particulares e de sentir parte daquele espaço. O poder público por sua vez

inicia os primeiros estudos sobre a área em 2005 e em 2007 garantiu-se os recursos para a intervenção e efetivação do Conjunto Residencial Mucajá que foi entregue em 5 de outubro de 2011.

Nós não queremos sair daqui, pois esses terrenos oferecidos pela Prefeitura são muito longe. Meu marido trabalha aqui próximo, e não queremos sair, Já me acostumei com o local e, mesmo assim, teríamos que gastar com transporte e nossa situação financeira não são das melhores. (FERNANDES, 2003, não paginado).

As circunstâncias a qual é edificado o Conjunto Residencial Mucajá é estabelecida através de uma demanda reprimida em Macapá, está por sua vez, coaduna fortes elementos para sua edificação como: área de encosta, situação de vulnerabilidade, famílias com renda menor que três salários mínimos.

A proposta da edificação do Residencial Mucajá em Macapá ocorre em um momento muito favorável no sentido da promoção de habitação de interesse social através do PAC Programa de Aceleração do Crescimento-Ações de Habitação e Saneamento onde tem início dos trabalhos de cadastro e reconhecimento da área em Agosto de 2007 pela Prefeitura Municipal de Macapá através da Secretaria de Assistência Social e do Trabalho em que nos primeiros procedimentos de investigação constatou de fato risco eminente as populações as quais residiam naquela comunidade. (AZEVEDO, SCHEER 2014, P. 09).

O Conjunto Residencial Mucajá busca amenizar o déficit habitacional, já que é uma reivindicação antiga dos moradores da antiga favela do Mucajá que viviam em risco ambiental e social. As unidades habitacionais contemplam várias categorias de moradores que constituem a Favela e outras categorias de indivíduos remanejados de outras áreas de Macapá e ilhas do Pará e outras ilhas de Macapá.

A efetivação do Programa de Aceleração do Crescimento segundo a CEF, pelo Contrato nº 218. 701-80, com recursos Federais segundo Brasil 2010b, destinada a execução do projeto habitacional Mucajá é proveniente do Orçamento Geral da União (OGU). Importante salientar segundo Tito (2014) que o CRM foi o primeiro conjunto a ser edificado no Estado do Amapá através do PAC II.

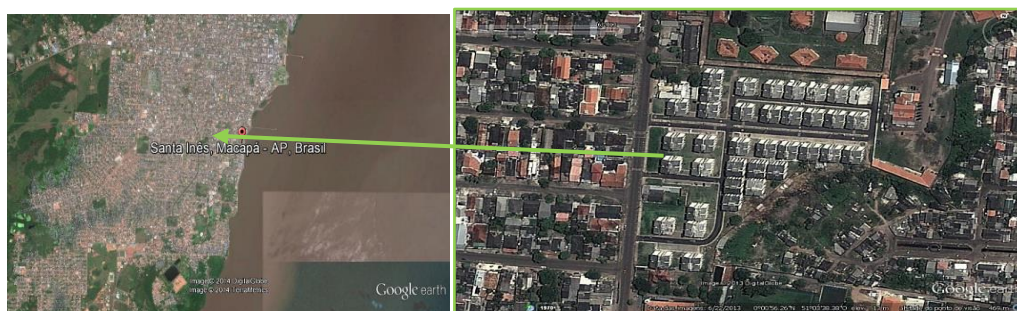
Com investimento no valor total de R\$ 28,3 milhões de reais possibilitou as famílias 592 unidades distribuídos em 37 blocos com 16 apartamentos cada bloco com 4 apartamentos por andar e com 47,76m² de área total e sendo 37,33m² é considerado área útil, e composto com 2

quartos, sala, cozinha, banheiro social e área de serviço, foi constatado que no Residencial Mucajá, lançado em 2007 houve uma contra partida por parte do município de cerca R\$ 30 milhões de reais e o preço de cada unidade de R\$ 50.000,00, entregues aos moradores no dia 5 de outubro de 2011. Esta é a configuração do Residencial Mucajá em Macapá, contou ainda com 15 unidades habitacionais no pavimento térreo adaptados para os portadores de necessidades especiais e idosos.

5.3.1 LOCALIZAÇÃO E FLUIDEZ PARA O CONJUNTO RESIDENCIAL MUCAJÁ NA MALHA URBANA DE MACAPÁ

O Conjunto Residencial Mucajá, situado no Bairro do Beirol é um dos empreendimentos consolidados e que está integrado a malha urbana da cidade, com uma forte rede de serviços urbanos e vias nas suas proximidades. Ele se concentra na área poligonal central, no lote 9 na Rua Jovino Dinoá no Bairro Beirol e sua proximidade do centro de Macapá são 2Km.

Figura 3 –Localização do CRM



Fonte: Fonte: Googlemaps (2013)

O CRM conta com uma forte rede de infraestrutura já consolidada que os antigos moradores da Vila já se utilizavam desses serviços e que com a transferência para o Bairro do Beirol facilitou a acessibilidade e a mobilidade e uso dos serviços públicos.

- 1 Uma escola de 1ª a 4ª série Escola Municipal Antônio Barbosa;
- 2 Duas escolas de ensino fundamental 5ª a 8ª Escola Estadual Santa Inês, Escola Estadual Castelo Branco;
- 1 Escola de ensino médio Escola Estadual Zolito de Jesus;
- 1 Posto do SAMU 24H; e
- Serviço Social do Comércio (SESC).

Fotografia 6 - Superfácil



Fotografia 7 - Unidade do SAMU



Fotografia 8 - SESC



Fonte: Do autor (2013).

O conjunto está ao lado do SESC, Serviço Social do Comércio (SESC) como também da Rede de Serviços SUPERFÁCIL e o serviço do 192 como a Unidade de Pronto Atendimento. Já existia uma rede de esgoto, coleta de lixo já consolidada no bairro garantindo o serviço e o fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água.

No âmbito da fluidez e mobilidade, a principal via de destaque, rua Jovino Dinoá é uma das melhores opções de deslocamento sentido centro e avenida FAB, além de ser via de várias linhas de ônibus que circulam em Macapá. Outro ponto a ser observado é a proximidade da Beira Rio, um dos pontos turísticos mais importante de Macapá.

a) **Implantação e Tipologia**

Os apartamentos do Conjunto Residencial Mucajá, foram construídos a partir de fundação tipo sapata corrida e as paredes de blocos cerâmicos tipo tijolos de seis furos como na elaboração da fachada e paredes. As escadas possuem corre mão de metal tipo tubular (ferro), a iluminação com lâmpadas incandescentes e uma luminária de emergência por andar. As portas em madeiras e as janelas do tipo esquadria de alumínio. O telhado possui estrutura em madeira e cobertura em telhas de fibrocimento.

O quadro realiza de forma simplificada os processos construtivos realizados para a construção do CRM.

Quadro 5 - Técnicas adotadas na construção do Residencial Mucajá

FUNDAÇÃO	ALVENARIA	LAJE	COBERTURA
----------	-----------	------	-----------

Sapata corrida	Bloco cerâmico	Pré-moldada tipo bloco cerâmico.	Estrutura de madeira e telha fibrocimento.	
REVESTIMENTO		ESQUADRIA		PISO
INTERNO	EXTERNO	INTERNA	EXTERNA	Cimento queimado
Argamassa (PVA)	Reboco Paulista	Madeira	Esquadria de alumínio	Cerâmico

Fonte: Do autor (2016).

Fotografia 9 - Fundação



Fotografia 10 - Estrutura



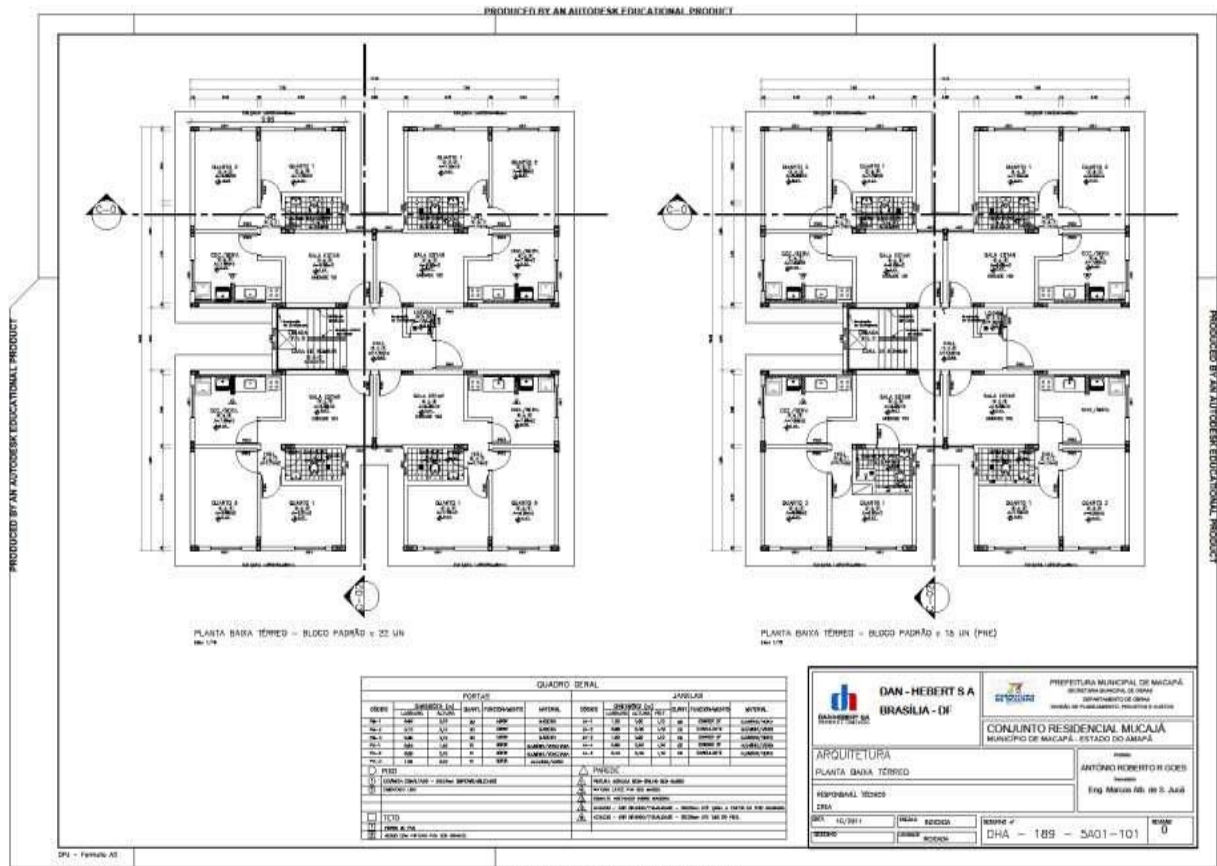
Fotografia 11 - Fachada



Fonte: Construtora Dan Herbert (2009). Fonte: SEMAST (2010). Fonte: Do autor (2012).

As fotos acima, mostram algumas fases da construção do conjunto Mucajá em sua fase inicial com o preenchimento das sapatas e baldrame e a a alvenaria e planta baixa da unidade habitacional.

Figura 4 - Planta baixa do apartamento Mucajá



Fonte: SENDHUR (2011).

b) O Projeto Arquitetônico e Qualidade da Edificação

A respeito da qualidade o CRM foi alvo de muitas denúncias dos moradores que conviviam diariamente com aumento de rachaduras, infiltrações e outras séries de problemas que ocorrem nas unidades habitacionais e a ausência de instalações que não foram construídas no conjunto, mas que foram uma das exigências dos moradores remanejados era um espaço para atividades de lazer e que possibilitasse a organização de trabalhadores do conjunto na tentativa de melhorar a renda familiar.

O projeto original previa a integração de elementos sociais, no entanto, a administração anterior o abandonou, sem sequer fazer a contenção da encosta, mesmo sabendo que famílias ainda residiam na área de risco. Em 2011, apenas os apartamentos foram entregues. (SEMOB..., 2001, não paginado).

Os moradores realizaram várias denúncias a respeito de infiltrações e rachaduras nos imóveis e solicitaram uma vistoria técnica do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá.

De acordo com os moradores, os problemas existem desde que o Residencial foi entregue, principalmente infiltrações, mas a situação vem se agravando. Decorridos cinco anos de sua inauguração, graves falhas de estrutura vêm surgindo nos imóveis. Os mais frequentes são rachaduras nas paredes, mofo, quedas de energia elétrica e infiltrações.

Os moradores dizem que estão com medo de que a situação piore e ocorra um desabamento. (MORADORES..., 2012, não paginado).

O problema em si é antigo e cada vez compromete a estrutura do imóvel e a qualidade arquitetônica pelo fato de um plano de contingência e manutenção destes imóveis por parte do poder público. O Corpo de Bombeiros do estado do Amapá esteve no local para avaliar a situação denunciada pelos moradores, e de posse deste estudo foi realizado um relatório a qual direcionara as causas destes problemas. Mesmo com a vistoria ainda segundo o TC Sanches é precoce a interdição dos apartamentos em função da necessidade de estudos mais aprofundados.

“Detectamos alguns problemas de revestimento e infiltração. Após essa vistoria será feito um relatório para que seja feito um acompanhamento da evolução desses problemas”, explicou o Tenente Coronel Sanches do Corpo de Bombeiros. (MORADORES..., 2012, não paginado).

A empresa que construiu os apartamentos do Mucajá esclarece que as fissuras estão relacionadas a qualidade dos materiais empregadas no revestimento pisos e, etc., e que não compromete a estrutura dos prédios segundo o engenheiro responsável pelo projeto engenheiro João Paulo Monteiro em entrevista ao Portal da Amazônia “Alguns apartamentos apareceram com microfissuras em decorrência do material utilizado na construção. Nos locais em que a fissura é muito grande, o piso será trocado”, João Paulo Monteiro aguarda o laudo da defesa civil para melhor analisar a situação nos apartamentos e adiantou que irá viabilizar uma assessoria técnica para realizar estudos mais contundentes e adiantou que todos os problemas de manutenção serão resolvidos. (MORADORES..., 2012, não paginado)

Existia todo um “olhar” especial mesmo que ainda não efetivado o projeto original que contemplava creche área de laser, galeria comercial e outros aparelhos sociais que estavam no projeto inicial mas que não foram entregues e com isso gerou uma forte insatisfação por parte dos moradores pela ausência desses espaços. Segundo o Sra. Janine Cruz em entrevista ao portal de notícias do governo. (1º de janeiro 2013 a 31 dezembro de 2016).

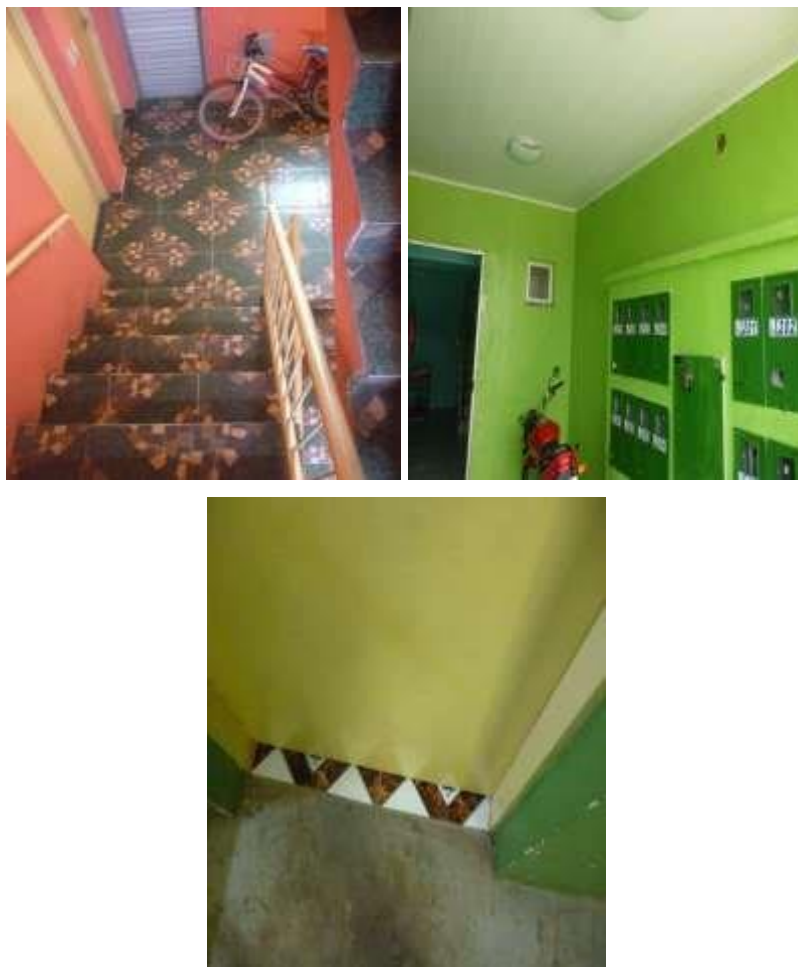
A proposta segundo a SEMOB (SEMOB..., 2011, não paginado) era que no projeto original constaria uma integração dos elementos sociais e trabalhos relacionados a contenção da encosta em função de existirem moradores que não foram remanejados para o CRM ou outros conjuntos habitacionais ou até mesmo os que não foram contemplados com nenhuma das opções e permaneceram no local.

A ausência de soluções práticas a curto prazo no CRM para a efetivação de obras os moradores tomaram a iniciativa de realizar obras que descaracterizaram o conjunto.

Porém, a pesquisa de campo deste trabalho teve a percepção de observar pontos positivos do pós-ocupação em que os moradores tiveram o cuidado de melhorar as áreas comuns e otimizar espaços no sentido de dar função a espaços ociosos que tenham no conjunto e que pouco tinham uso. (AZEVEDO, 2014, p.124)

As melhorias realizadas pelos próprios moradores observadas no CRM objetivavam estabelecer um espaço que estivesse identidade com o morador criando desta forma novas territorialidades espaciais dentro do conjunto Mucajá. Tais melhorias podem ser identificadas tanto na parte externa do bloco em que os moradores por iniciativa própria revestiram com cerâmica e com uma pintura as áreas comuns da entrada do bloco ver fotos 12 e 13 e outro fato que chamou a atenção e a preocupação do morador criar um espaço mais acolhedor com revestimento cerâmico de sua preferência.

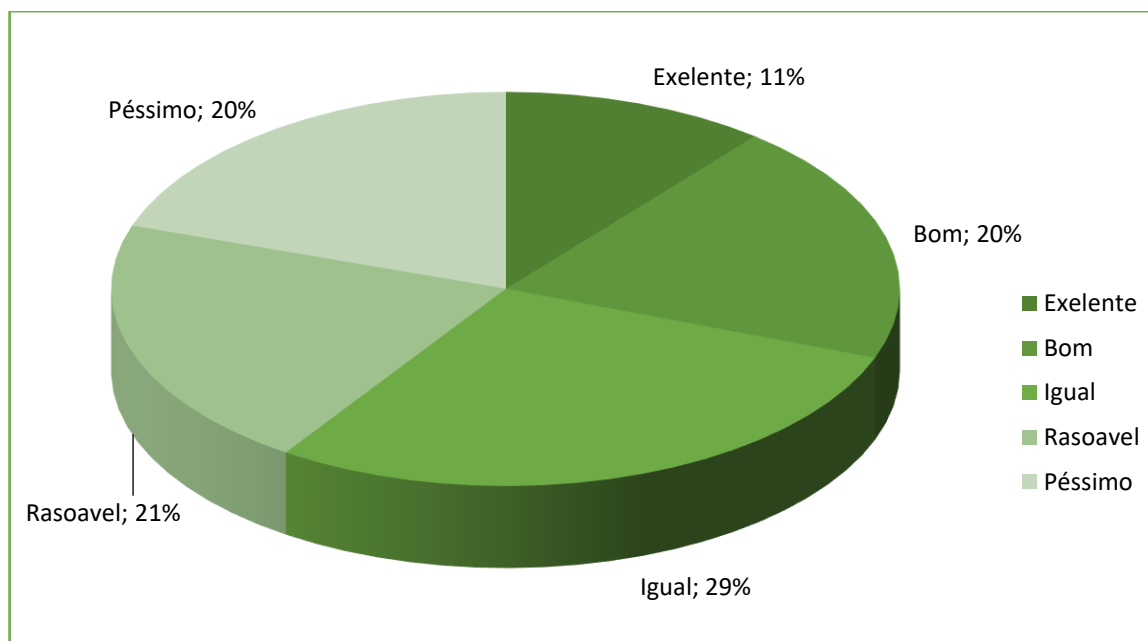
Fotografias 12, 13 e 14 - Melhorias das áreas comuns do Residencial Mucajá



Fonte: Do autor (2013).

O gráfico abaixo, faz parte de um dos itens da pesquisa de campo realizada por amostragem no Conjunto Residencial Mucajá por Azevedo em 2014 com 56 moradores relativos a qualidade dos materiais empregados na construção do CRM. Este fato, deixou os moradores desapontados e atualmente percebe-se o agravamento dos problemas de infiltração, rachaduras nas unidades habitacionais.

Gráfico 3 - Qualidade dos materiais



Materiais	%	Indivíduos
Excelente	11%	6
Bom	20%	11
Igual	29%	16
Razoável	21%	12
Péssimo	19%	11

Fonte: Coleta de Dados/Pesquisa de Campo (2014).

Nas entrevistas no CRM com o universo de 57 entrevistados segundo AZEVEDO, 2014 os moradores relataram a ausência de áreas para convivência ou prática de esportes e assim os espaços ociosos no CRM acabam sendo tomados pelos próprios moradores que acabam transformando a coisa pública na coisa privada aumentando assim a descaracterização do CRM.

E fato perceber a importância que de esboçar a atenção a respeito da qualidade do projeto arquitetônico dando mecanismos para seu desenvolvimento. A preocupação acima esboçada tem como objetivo propor a extensão dos estudos de qualidade das edificações, englobando o projeto arquitetônico como elemento chave para o aprimoramento e desenvolvimento da qualidade na construção civil. Objetiva, também, valorizar a arquitetura e o trabalho do arquiteto como consequência. É importante salientar também a necessidade de estender-se essa reflexão para todos os projetos (projetos complementares) intervenientes na produção das edificações.

5.4 Dificuldades atuais do conjunto residencial mucajá quanto seu programa

O **Programa de Aceleração do Crescimento** (mais conhecido como **PAC**), lançado em 28 de janeiro de 2008 estabelece um arcabouço de medidas as quais buscam possibilitar o crescimento econômico e com contrapartida inicial por parte da União de R\$ 503,9 bilhões até 2010. Este programa atua em várias áreas como energia, infraestrutura, saneamento habitação etc.

O PAC 2 foi lançado em 29 de março de 2010 que prevê recursos da ordem de R\$ 1,59 trilhão em uma série de segmentos que vão da mobilidade urbana para grandes cidades como pequenas cidades, saneamento, habitação com o Programa Minha Casa Minha Vida, energia, Água, luz para todos infraestrutura para Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016.

O avanço que difere as políticas habitacionais de interesse social entre o PAC e o PMCMV é a forma em que o PMCMV estabelece toda uma formatação de recursos e estruturas no que compete à titulação, posse e na forma jurídica a respeito do condomínio como também a seleção dos moradores feitas através do CAD Unico. Diferente do PAC em que a habitação esta como um dos itens de políticas públicas, mas transfere a responsabilidade para o ente público.

O Conjunto residencial Mucajá atualmente atravessa grandes dificuldades no aspecto de infraestrutura e de reformas emergenciais nas instalações hidrosanitárias como de infraestrutura no âmbito estrutural já este fato denunciado várias vezes pelos moradores aos órgãos públicos e noticiada pelos veículos de comunicação.

Fotografias 15 – Imagem de uma denuncia publica



Fonte: Rede Amazônica no AP

Fotografias 16 – Imagem atual do Banheiro



Fonte: PMM 23/01/2016

Laudo do Corpo de Bombeiros Militar, cuja vistoria foi solicitada pelos próprios moradores, constata graves problemas de infiltrações e rachaduras no Conjunto Habitacional do Mucajá. A ação foi coordenada pelo Tenente CBM Sanches. No total, foram vistoriados seis apartamentos em quatro blocos diferentes.

Para Sanches, há necessidade de obras urgentes no Residencial: “Identificamos problemas de revestimento, infiltração e danos às estruturas. (Diário do Amapá, 21/01/2016).

É perceptível as fissuras na estrutura de alguns apartamentos no CRM, ocasionado pela baixa qualidade de materiais que os próprios moradores já denunciaram. Entretanto os órgãos relacionados às políticas municipais de habitação de interesse social em Macapá observam o mau uso das instalações do CRM por parte dos moradores. Assim, surge um impasse de quem é a real responsabilidade pelos problemas do conjunto Mucajá.

6 PROPOSTAS DE UM ESPAÇO MULTIUSO NO CONJUNTO RESIDENCIAL MUCAJÁ .

➤ Análises da pesquisa de campo e tabulação de dados.

A proposta da criação de um espaço multiuso e creche é uma das antigas reivindicações ainda na fase das audiências realizadas por parte do Poder Público aos moradores da Vila do Mucajá. Existia todo um “olhar” especial mesmo que ainda não efetivado o projeto original que contemplava creche área de laser, galeria comercial e outros aparelhos sociais que estavam no projeto inicial, mas que não foram entregues e com isso gerou uma forte insatisfação por parte dos moradores pela ausência desses espaços. Segundo o Sra. Janine Cruz em entrevista ao portal de notícias do governo.

O projeto original previa a integração de elementos sociais, no entanto, a administração anterior o abandonou, sem sequer fazer a contenção da encosta, mesmo sabendo que famílias ainda residiam na área de risco. Em 2011, apenas os apartamentos foram entregues. (SEMOB..., 2011, não paginado).

Segue em abaixo algumas propostas da criação do espaço multiuso e a creche para a garantia e segurança da qualidade de vida dos moradores no Conjunto Residencial Mucajá.

6.1 Programas de necessidades do espaço multiuso e creche do CRM

O que se justifica para a efetivação desse espaço é a ausência de um espaço o qual contemplasse várias demandas aos quais os moradores anseiam no sentido de ter um espaço para atividades desde possibilidade de recreação e entretenimento, palestras, oficinas educativas, culturais, empreendedorismo e similares. Atualmente a comunidade se utiliza de um espaço cedido de forma provisória pelo Comando geral da Polícia Militar do Estado.

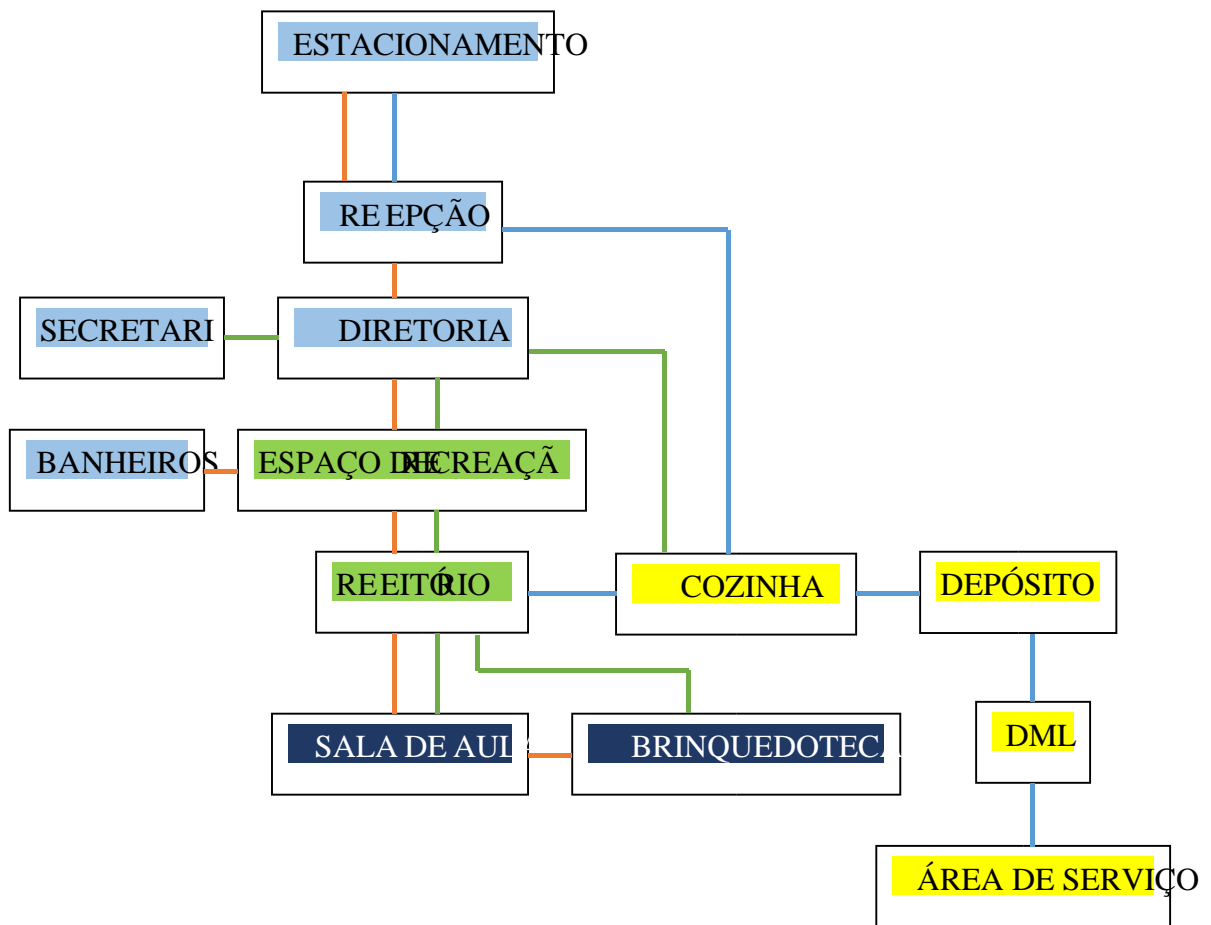
PROGRAMA DE NECESSIDADES DE UMA CRECHE PARA CONJUNTO HABITACIONAL MUCAJÁ, MACAPÁ-AP			
Ambientes e Necessidades	Demanda de Publico	Mobiliário	Pré-dimensionamento
Diretoria	1 a 3 pessoas	Mesa, cadeira, arquivos, estantes.	10,00m ²
Secretaria	2 a 5 pessoas	Mesa, cadeira, arquivos, estantes.	10,00m ²
Sala de Aula	15 a 25 pessoas por sala	Mesas, Cadeiras, Armários.	35,00m ²
Brinquedoteca	15 a 25 pessoas por vez	Mesas e cadeiras, estantes, espaços diversos.	35,00m ²
Refeitório	45 a 75 pessoas, todas as salas	Mesa para refeições coletivas.	50,00m ²
Cozinha	3 a 5 pessoas	Fogão, Geladeira, pia, freezer, Armários.	15,00m ²
Espaço de Recreação	45 a 75 pessoas, todas as salas.	Playground	50,00m ²
Depósito	2 a 3 pessoas	Armários, estantes.	6,00m ²
Área de Serviço	2 a 3 pessoas	Tanque e Maquina de lavar.	6,00m ²
DML	1 a 2 pessoas	Armários e estantes.	6,00m ²
Banheiros	1 pessoa por vez	Lavatório, Vaso sanitário.	3,00m ²
Estacionamento	5 a 10 veículos	-	125,00m ²

PROGRAMA DE NECESSIDADES DE UM CENTRO MULTIUSO PARA O HABITACIONAL MUCAJÁ, MACAPÁ-AP			
Ambientes e Necessidades	Demanda de Publico	Mobiliário	Pré-dimensionamento
Recepção	1 a 3 pessoas	Mesa, cadeira, arquivos, estantes.	10,00m ²
Salas Multiuso	15 a 25 pessoas por sala	-	10,00m ²
Conveniência	25 a 40 pessoas	-	35,00m ²
Auditório	40 a 70 pessoas	Palco, Cadeiras	50,00m ²
Espaço de Recreação	40 a 70 pessoas	Play-Ground	50,00m ²
Áreas de convivência	10 a 30 pessoas	Bancos e Mesas	30,00m ²
Jardins e vivência	20 a 40 pessoas	-	25,00m ²
DML	1 a 2 pessoas	Armarios e estantes.	6,00m ²
Banheiro Coletivo	5 masc, e 5 feminino	Lavatório, Vaso sanitário.	3,00m ²
Estacionamento	10 a 20veículos	-	250,00m ²

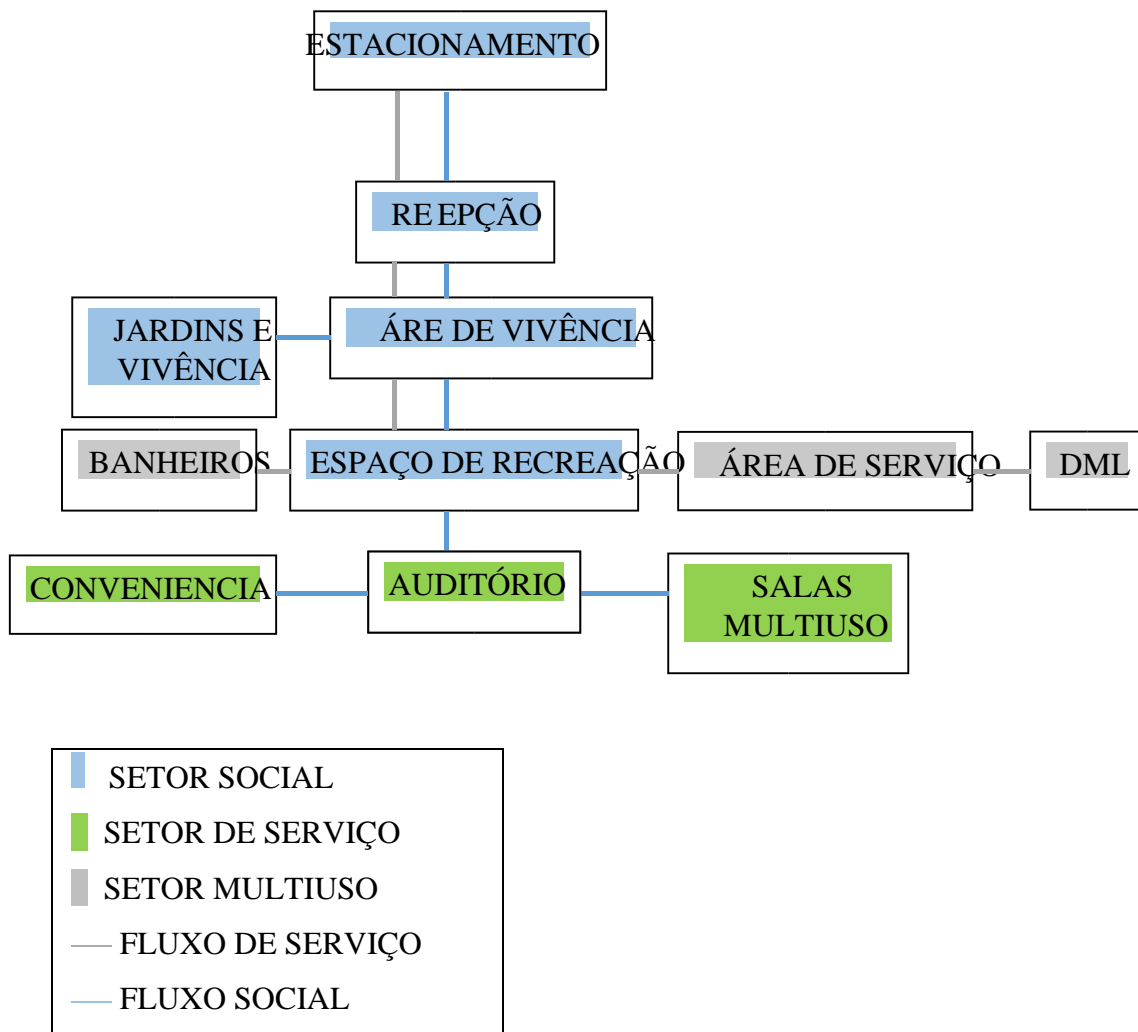
A creche é um dos espaços de grande importância para a comunidade pelo fato de poder atender várias faixas etárias de crianças que residem no conjunto.

6.2 Organogramas

6.2.1 ORGANOGRAMA DA CRECHE



6.2.2 ORGANOGRAMA DO ESPAÇO MULTIUSO



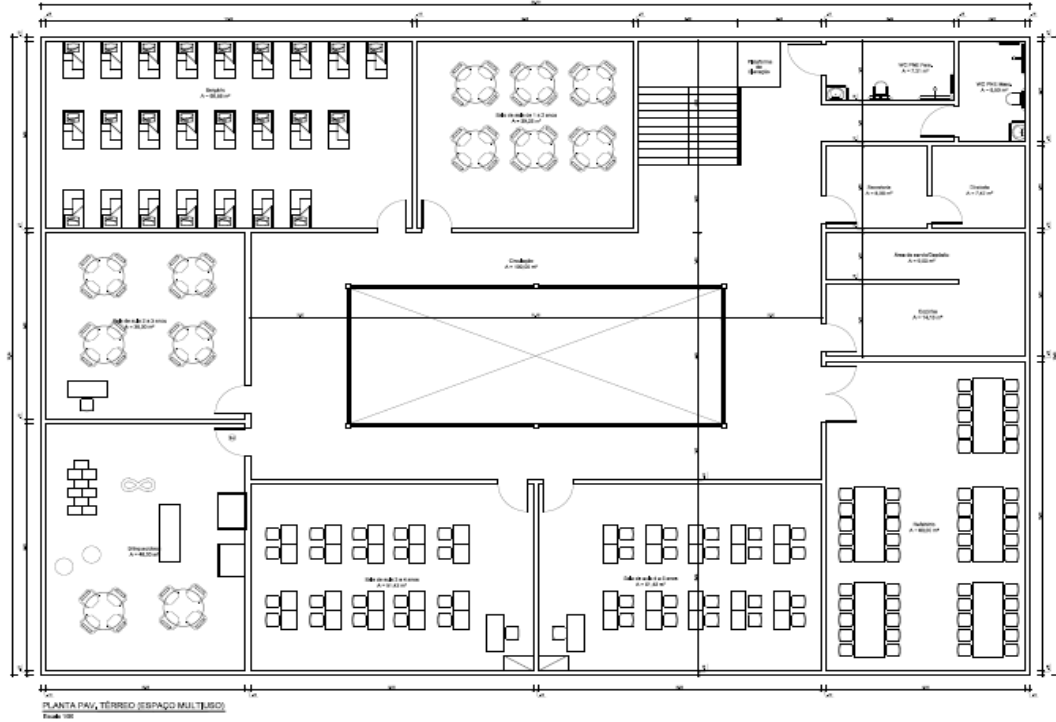
6.3 Planta de situação do CRM



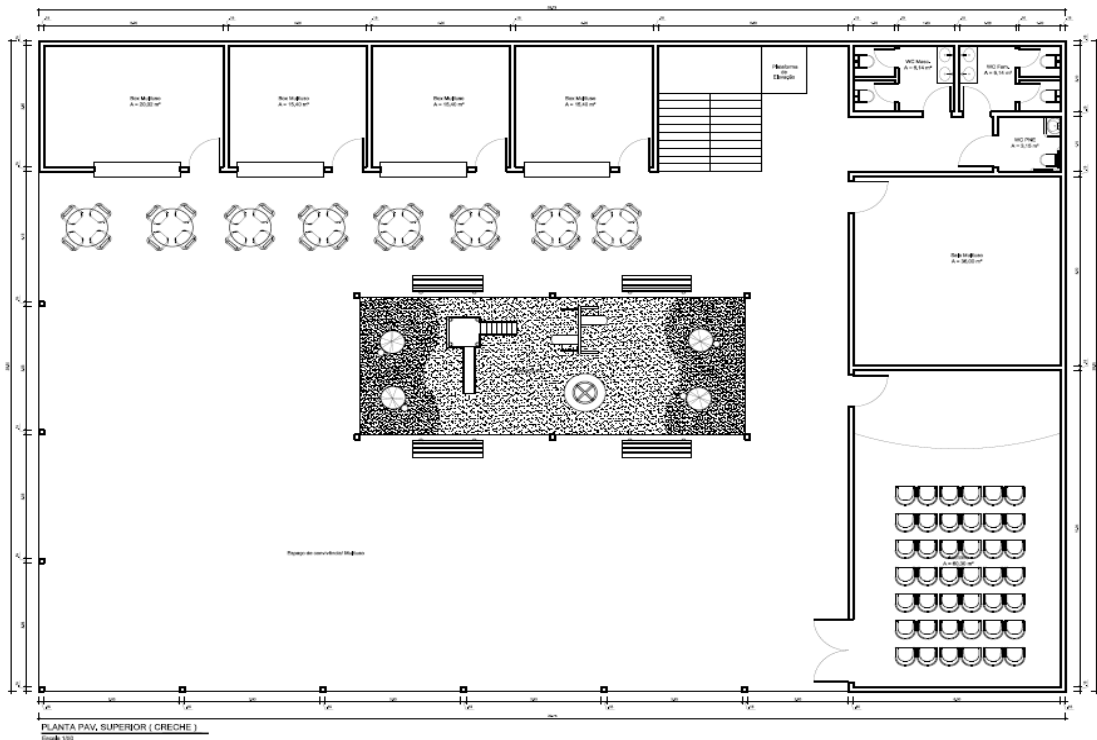
Fonte: Prefeitura de Macapá, 2010.

6.4 Planta Baixa

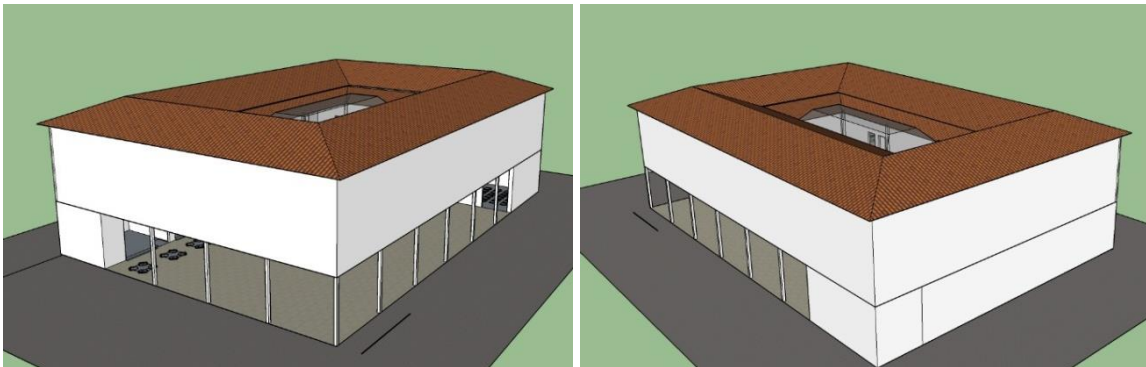
6.4.1 PROPOSTA DO MODELO DE CRECHE PARA O CRM



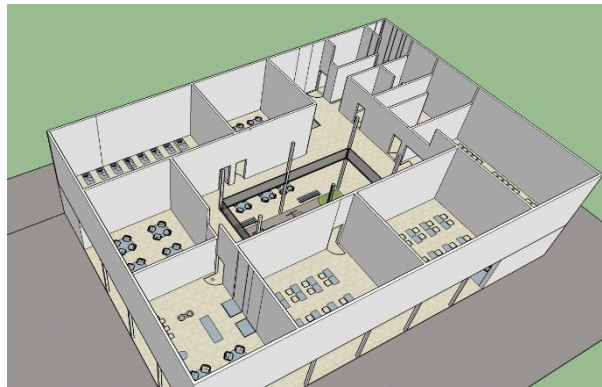
6.4.2 PROPOSTA DO MODELO DE ESPAÇO MULTIUSO PARA O CRM



6.5 Estudo de Volumetria



6.5.1 PROPOSTA DE VOLUMETRIA DA CRECHE PARA O CRM



6.5.2 PROPOSTA DE VOLUMETRIA DO ESPAÇO MULTIUSO PARA O CRM



I. Cronograma com Plano de Trabalho da monografia:

Para o estudo da Implantação da habitação de interesse social através do PMCMV em Macapá AP-Implementação de uma creche e de um espaço multiuso no conjunto residencial Mucajá terá 4 fases distintas, a saber:

1. Inicialmente, pretende-se realizar o levantamento bibliográfico e documental das fontes a respeito as políticas habitacionais no Brasil, (vilas operárias, Institutos de Pensão, BNH, e as novas incumbências relacionadas a política habitacional que a Caixa econômica herdou do extinto BNH, Ministério das Cidades PAC 1 e PAC 2 PMCMV

2. No segundo momento, análise do processo de urbanização da Região Norte. Amapá no contexto urbano a partir das Vilas operárias, breve análise dos planos diretores implementados em Macapá com ênfase a questão habitacional, primeiros conjuntos habitacionais em Macapá, Influência do PAC no resgate da cidadania Conjunto Residencial Mucajá, e seus problemas antes e pós ocupação compreendendo as demandas efetivas dos moradores remanejados para o CRM

3. Proposta de estudo preliminar de um espaço multiuso e creche para as famílias do CRM

A) Programa de necessidade

B) Organograma

C) Planta baixa

4. Apresentação dos estudos preliminares e da proposta do espaço multiuso e creche.

Para a etapa final serão apresentados os seguintes documentos:

Três exemplares do volume de TCC formato A4 com as devidas ratificações e recomendações sugeridas.

Projeto básico, memorial descritivos e o desenvolvimento, segue os croquis que foram realizados na pesquisa de campo, o projeto ao detalhamento.

Segue para acompanhar a apresentação os painéis síntese (banners) que estarão disponíveis na semana de apresentação de TCC.

O cronograma da pesquisa acima estabelece de forma cronológica das etapas da pesquisa a partir do tema escolhido, as revisões bibliográficas como as primeiras ideias da escolha do projeto a partir da análise das reais necessidades dos moradores do Residencial Mucajá interagindo com a comunidade no sentido de aproximar a práxis com a realidade da comunidade no sentido de propor como opção aos remanejados quando forem consultados propor uma “ideia” de projeto executivo de uma creche e espaço multiuso.

6.6 Análises da pesquisa de campo

A pesquisa de campo teve como objetivo compreender a real necessidade dos moradores no Conjunto Residencial Mucajá tendo como metodologia instrumentalizadas Avaliação Pós-ocupação (APO), definida em função dos impactos relacionados a situação das reais necessidades dos usuários que foram transferidos da antiga Vila Mucajá para o CRM. Neste contexto, inicialmente foi proposto aos moradores remanejados um espaço que serviria como centro comunitário e uma creche. Entretanto após 5 anos os moradores sofrem pelo fato dessas instalações não serem concebidas. A APO como metodologia é um arcabouço de procedimentos que o pesquisador realizará para o desenvolvimento de sua pesquisa. A investigação levantará dados qualitativos, por meio de entrevistas semiestruturadas, e quantitativos, pela aplicação de questionários com perguntas fechadas ou semiabertas.

“A avaliação pelo próprio usuário de uma edificação é considerada importante no levantamento da complexidade do uso e da satisfação do ambiente construído.” (KOWALTOWSKI, 2006, não paginado).

A proposta deste trabalho de conclusão de curso vem no sentido de habilitar uma opção projetual de uma creche e um espaço multiuso como defendido na primeira etapa deste trabalho de conclusão de curso, mas que necessitava não somente a concepção do projeto e sim que a própria comunidade realmente participasse das decisões deste projeto que habilitara um grande sentimento de pertencimento daquele espaço.

A metodologia empregada nesta etapa do trabalho de conclusão de curso foi estabelecida segundo METODO 2009 pág. 40 pelo **método da pesquisa participante** que é estabelecida através do envolvimento e identificação do pesquisador e a comunidade caso nosso os moradores remanejados da Vila Mucajá para o Conjunto Residencial Mucajá.

A instrumentalização deste método de pesquisa com a participação da comunidade do Mucajá irá permitir compreender e entender de que forma pode ser idealizadas propostas a partir das demandas da comunidade as quais poderão servir de ponto inicial futuramente aos moradores. Segundo METODO 2009 cita Thiollent (1988) a PESQUISA-AÇÃO como método.

A pesquisa ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. MÉTODO 2009 Pág. 40

É fato que este mesmo método acima citado possui críticas pelo fato do envolvimento do pesquisador; mas, este instrumento possui grande aceitação por parte de pesquisadores reformistas e grupo pesquisado segundo Gil 2007, p 55.

A pesquisa de campo no Conjunto Residencial Mucajá foi realizada no decorrer dos meses maio e junho de 2016. E foi inicialmente confeccionado um questionário que está em anexo a este trabalho. Foi realizado um banco de fotos que muito auxiliou no entendimento e justificar a proposta de trabalho. Este banco de fotos, estará disponível na mídia digital no sentido de habilitar novas percepções aos pesquisadores que se debruçam aos estudos relacionados à habitação de interesse social em Macapá.

Transformar o processo de elaboração do projeto de arquitetura e urbanismo em objeto de pesquisa colocando-o como protagonista desse esforço coletivo significa a possibilidade de demonstrar o amadurecimento da área e sua afirmação, no contexto das chamadas ciências sociais aplicadas, enquanto campo do conhecimento. (CALDANA, 2006, págs. 155 e 156)

Para assevera a pesquisa científica neste trabalho de conclusão de curso conclui-se que seus reais objetivos se alinham como um instrumento de compreensão partindo do

entendimento da comunidade consultada influenciando nas decisões no sentido de criar possibilidades praticáveis através dos resultados adquiridos com este trabalho.

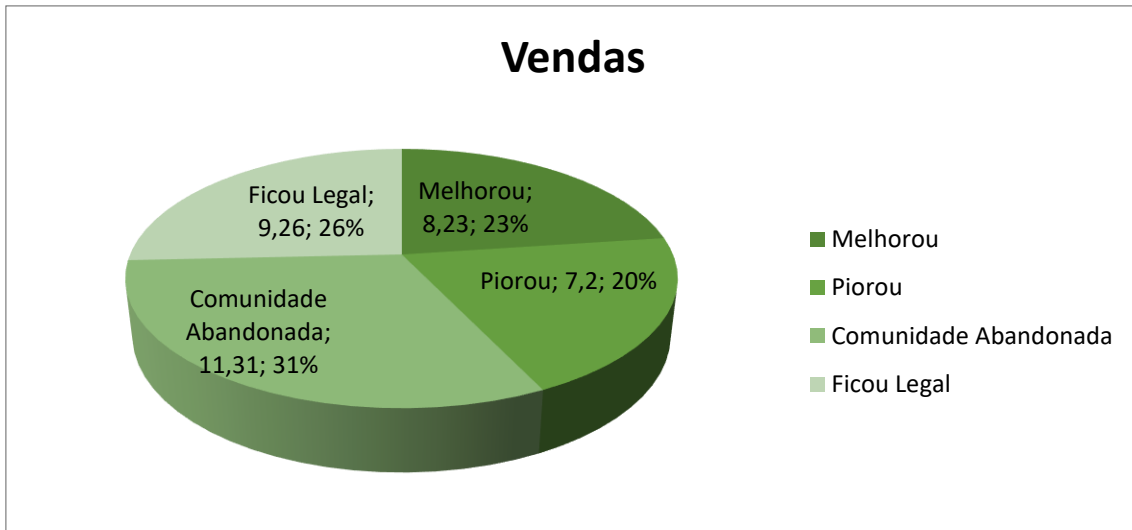
6.6.1 ANÁLISES DOS DADOS E TABULAÇÃO DO QUESTIONÁRIO APLICADO.

O questionário aplicado no universo de 35 trinta e cinco moradores do CRM possibilitou (apresentado em anexo) compreender de que forma e quais as mais relevantes necessidades dos remanejados para o CRM para melhorar sua qualidade de vida no conjunto. O questionário estabeleceu perguntas fechadas a qual o morador marcaria as opções de acordo com seu entendimento.

Um dos principais eixos de campanha da presidente Dilma em 2010, era a construção de 6 mil creches, porém 5 anos depois, pelos dados divulgados pelo PNE (Plano Nacional de Educação), há hoje no Brasil um déficit de **2,700** milhões de vagas em creches, porém esse índice é ainda maior uma vez que desconsidera os filhos das mulheres desempregadas. (REIS, 2015). A Falta de creches na “Pátria Educadora”.

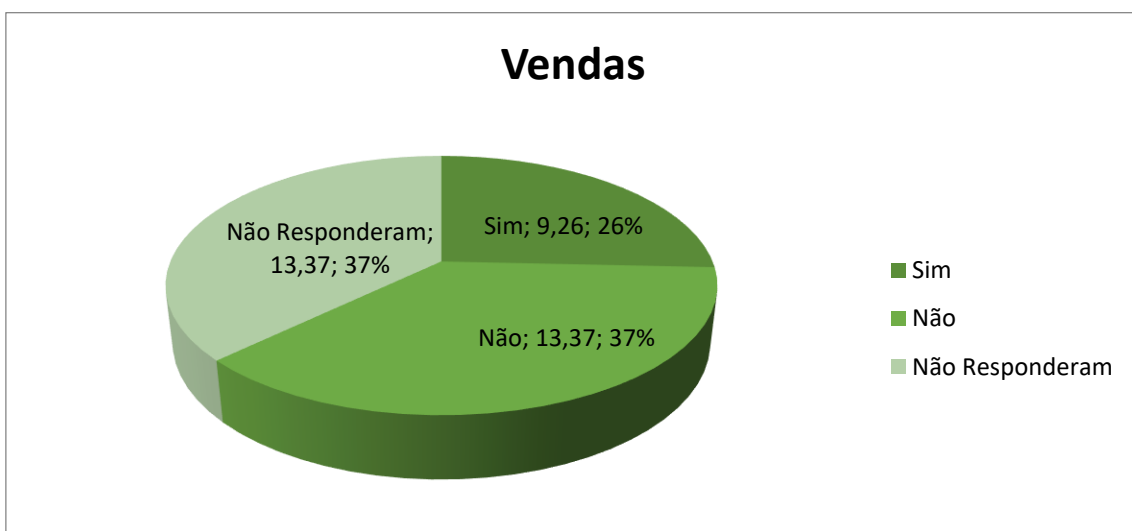
A precariedade de políticas públicas para efetivação de creches para idades iniciais acarreta percalços às famílias que não tem com quem deixar seus filhos, impossibilitando de exercer atividades funcionais ou mesmo de continuar estudos para melhor se qualificar para o mercado de trabalho.

1. O primeiro gráfico procura avaliar a nova moradia para a antiga (vila Mucajá)



Em conversas com alguns moradores mesmo os que não foram entrevistados através do questionário o sentimento de abandono é o mesmo, eles relataram que já houve várias reuniões e que muito pouco foi feito pelos moradores do CRM, e que na época do pleito eleitoral sempre aparece candidatos com promessas. A comunidade em si se ver sem opções e desacreditada. A melhora como relataram alguns moradores é em função que antes moravam em espaços cedidos ou alugados, e o que piorou foi o fato de perderem suas atividades remuneradas e que no CRM não poderiam mais exercer.

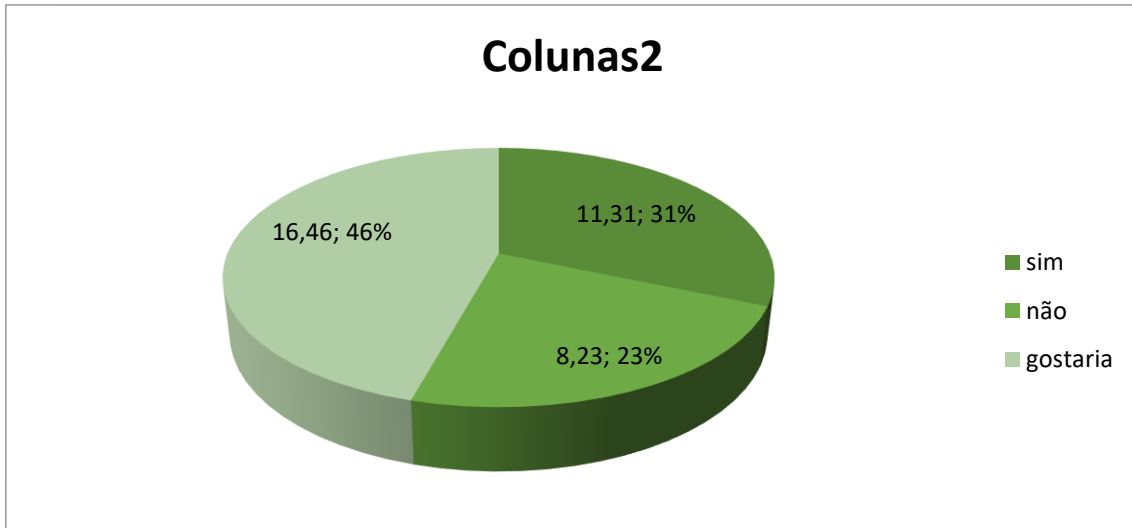
2. O segundo gráfico aponta se o morador do CRM trocaria seu imóvel por outro em outro bairro.



O fato que chamou atenção foi mesmo em número menor de moradores que gostariam de trocar de imóvel por outro em outro bairro vai variar por muitos outros quesitos de acordo com

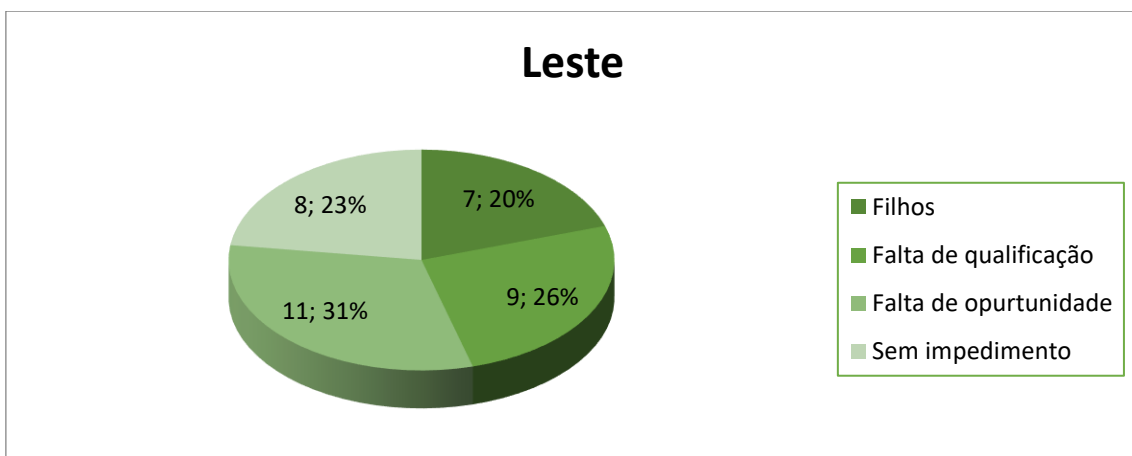
a posição em que está (conflito de vizinhança) localizado o bloco, se sua atividade ocupacional está próxima do conjunto, ou seu imóvel apresenta problemas estruturais.

3. O terceiro gráfico se o morador gostaria de exercer alguma atividade remunerada que poderia ajudar na renda familiar.



Neste questionamento há uma demanda de indivíduos que gostariam de ter alguma atividade remunerada pelo fato de já perceberem que dentro do CRM há possibilidades de negócios e outro fato que reforça o desejo de ter alguma atividade remunerada é que já exerciam alguma atividade e pelo fato do remanejamento não puderam mais continuar com seus negócios.

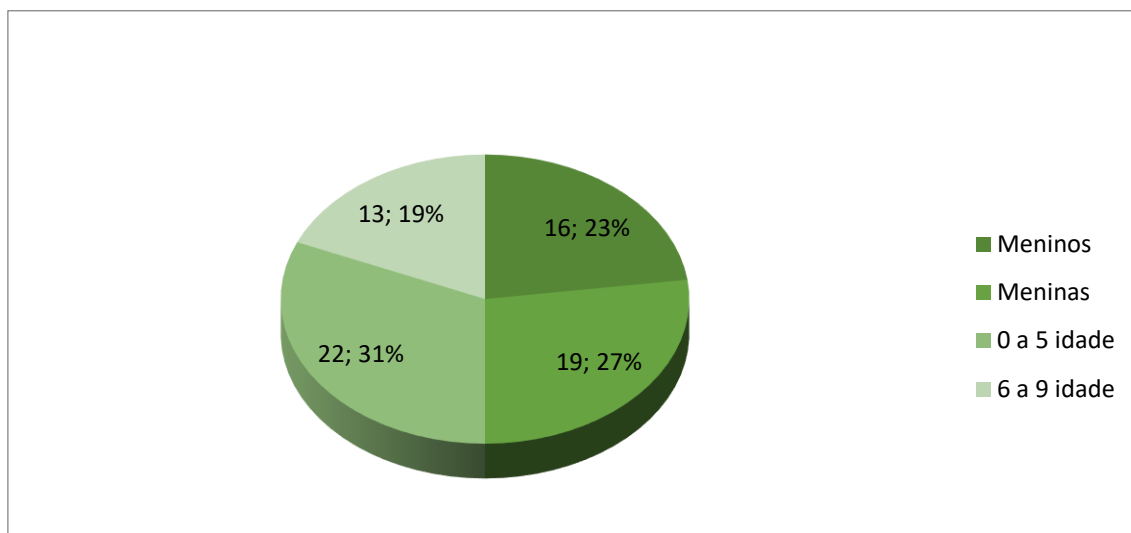
4. O quarto gráfico especifica o que realmente impede do indivíduo de exercer alguma atividade remunerada



A falta de qualificação e de oportunidade se destacam neste item pelo fato estar a duas situações; Sobre a baixa qualificação é o fato de muitas mães não terem terminados o ensino médio provocando assim desvantagens no âmbito de ter acesso a qualificação que exige

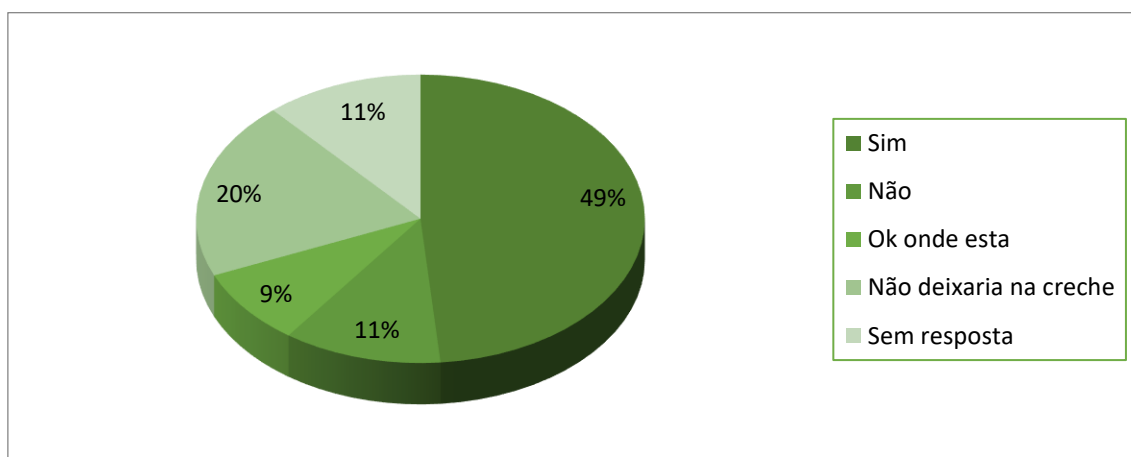
escolaridade. Outro fato é a gravidez na adolescência percebida que de certa forma “impede” de exercer tanto atividades remuneradas como dificulta acesso a educação.

5. Quinto gráfico o número de filhos que a família possui e a idade.



Neste aspecto o gráfico estabelece importante dados, um número maior de meninas e a faixa etária de 0 a 5 anos um número maior. Este fato corresponde a modificações mais precisas no projeto da creche.

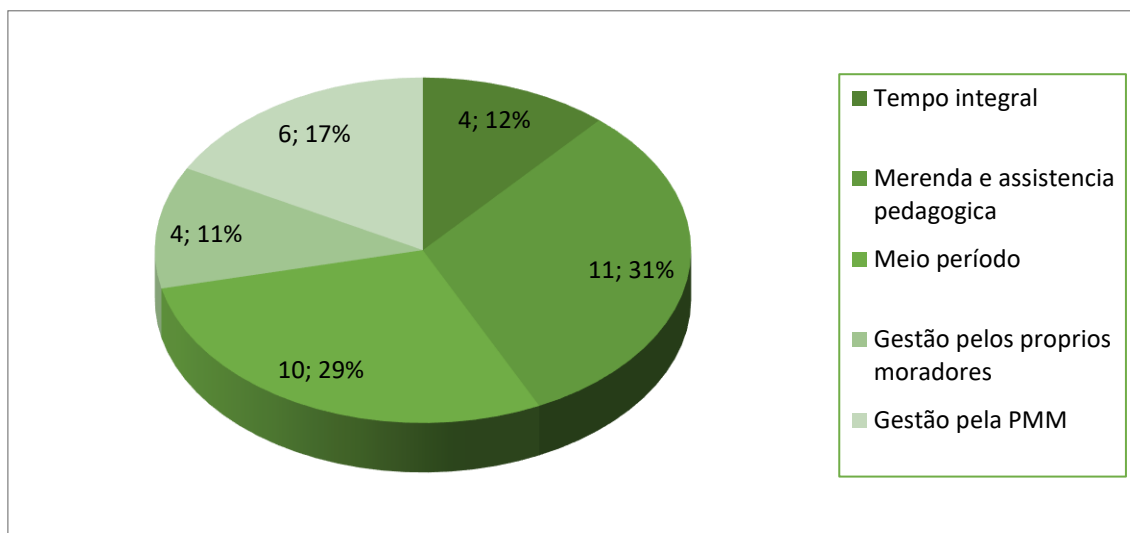
6. O sexto gráfico se a proposta da creche for bem aceita pela comunidade garantiria mais conforto e segurança aos filhos e praticidade.



A creche foi considerada como um espaço importante por não existir nas proximidades mas há ressalvas importantes a seguir: O primeiro ponto uma parte significativa das mães são adolescentes com baixa qualificação e não exercem atividades remuneradas fora do conjunto e

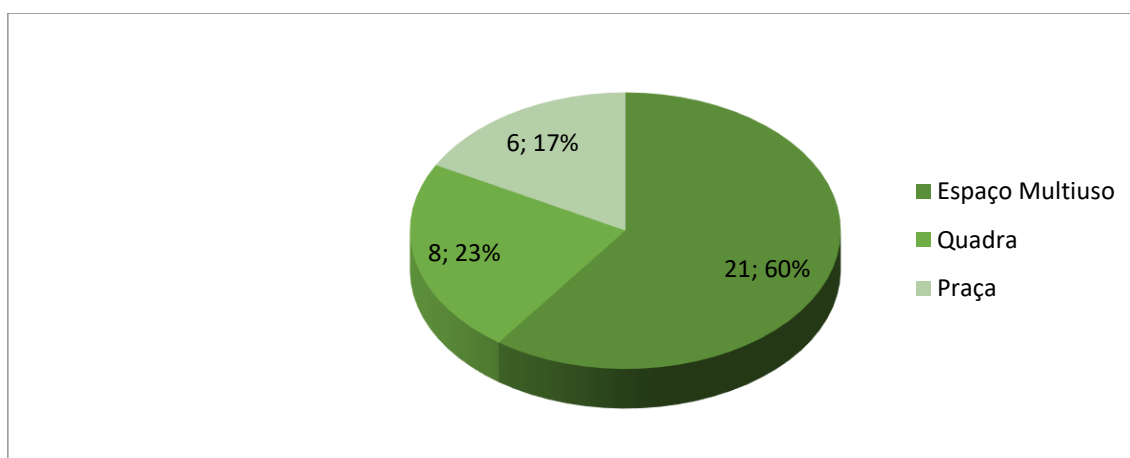
assim possibilitam ficar com seus filhos. Outras pessoas entrevistadas acham melhor onde os filhos se encontram nas escolas próximas do conjunto.

7. O sétimo gráfico avalia como deveria funcionar a creche.



Sobre o funcionamento da creche que a gestão deveria ser realizada pelo ente público pelo fato do CRM não possuir condições administrativamente e financeiras para arcar com as despesas de funcionários para o funcionamento da creche. Sobre o fato de ser meio período é favorável pelo fato da criança já estar em algum estabelecimento educacional pela parte da manhã ou tarde.

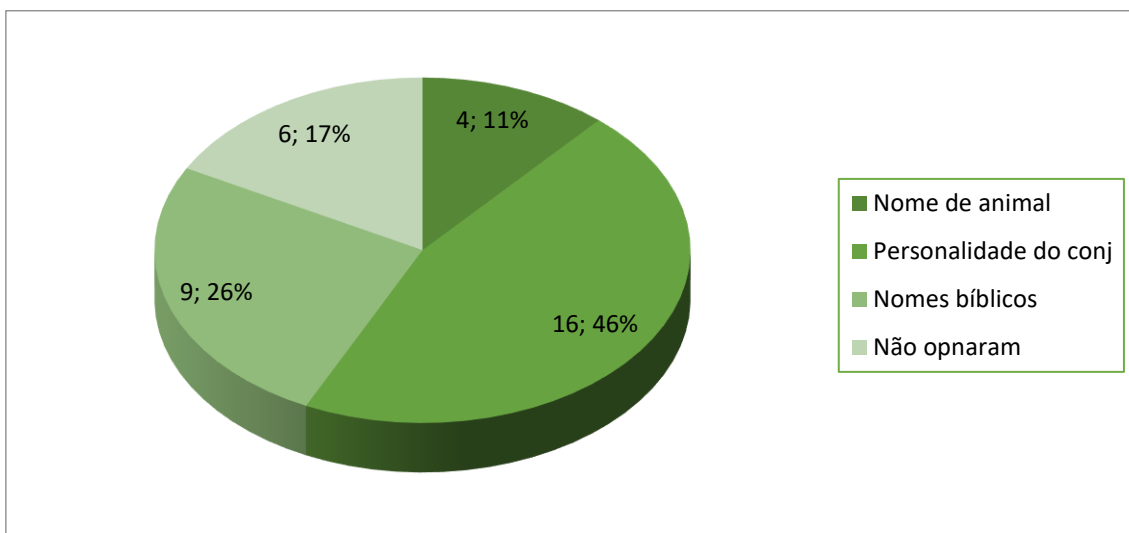
8. O oitavo gráfico habilita aos moradores qual outra edificação poderia ser anexada a creche.



O fato de mostrar aos moradores o projeto inicial deu uma possibilidade maior de aceitação. O espaço multiuso estabelecerá a possibilidade parcerias com entidades segundo os

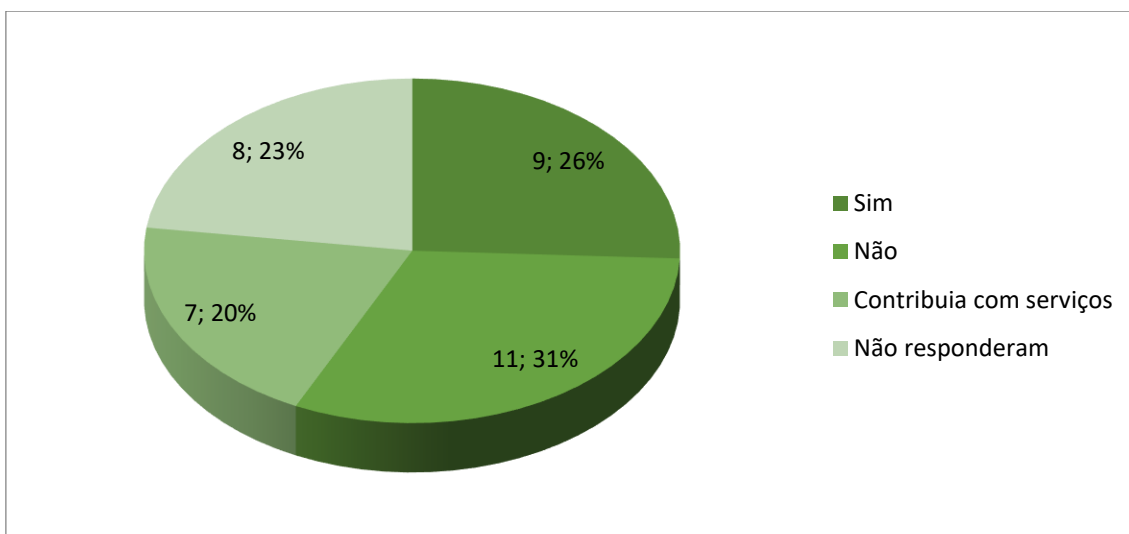
próprios moradores de atividades educacionais, artísticas, lazer, esportivas e de pequenos negócios.

9. O nono gráfico, realiza uma opção pelo nome da edificação para o CRM



A preferência que por um nacional do próprio conjunto demonstra uma unidade, chancela um grupo determinado da comunidade. Outro fato bastante forte é a escolha por nomes bíblicos que ganha força em função da presença cristã moradora do conjunto e opção de animais em parte está relacionada aos antigos modelos de moradia nas áreas ribeirinhas.

10. O décimo gráfico realiza uma enquete aos moradores se eles participariam na construção do espaço em regime de mutirão.



O anseio pelo espaço é sem dúvida uma esperança dos moradores e que parte dos entrevistados estariam dispostos a contribuir com parte do seu tempo nos fins de semana para

a efetivação da edificação. É fato haver uma recusa por parte dos moradores do CRM pelo fato de não ter sido realizado um trabalho de divulgação e benefícios que estes espaços trariam a comunidade. Outro ponto está ligado a “raízes” paternalistas em que o ente público tem o **DEVER** e a obrigação de construir tal empreendimento.

11. O décimo primeiro gráfico habilitou a percepção de como o espaço poderia se aproximar com a “cara” da comunidade.

A referida coleta desse dado teve papel fundamental para a efetivação da proposta projetual no sentido de possibilitar uma edificação que não somente é uma reivindicação antiga dos moradores, mas algo que faça “pertencer ao lugar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte de projetar só terá valia se aprender a escutar os elementos que estão dispostos no espaço e como a sociedade pode interagir no sentido de criar um ambiente próximo de suas necessidades e realidades. O esforço deste trabalho possibilitou uma noção de atores como o ente público em incluir o CRM dentro das políticas públicas relacionadas a habitação municipal e no Programa Minha Casa Minha Vida e a comunidade do CRM em que ambos têm interesses diversos.

O trabalho possibilitou um exercício projetual rico em detalhes que a comunidade propôs como melhor opção e fato de unir a realidade de necessidades dos moradores do Residencial Mucajá. Observamos que nossa ideia inicial apresentou certo distanciamento do que realmente os moradores precisariam para garantir melhorar qualidade de vida aos moradores. Ressaltam-se também as dificuldades deste trabalho pelo fato da própria comunidade não compreender a importância do trabalho deste pleito que possibilitaria ter argumentos para discutir de forma igual perante o ente público detentor de recursos.

Os trabalhos relacionados a habitação de interesse social é sem dúvida uma constante em evolução em que os atores(moradores) precisam ser escutados de forma imprescindível no sentido do ente público não “atropelar” uma arcabouço de vivências, costumes e práticas peculiares relacionados a maneira de se relacionar com seus pares sem distanciar o “jeito amazônico”de ser.

REFERÊNCIAS

APROVADO empréstimo para o Promorar. **Folha do Povo**, Macapá, n.17, 18 jul. 1982.

ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, 2012. Disponível em:
<citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/.../297>. Acesso em: 15 jan. 2016.

ARRETCHE, Marta. Aspectos dos gastos com habitação e saneamento básico. In: AFFONSO, R. B.; SILVA, P. L. (org.). **Descentralização e políticas sociais**. São Paulo: FUNDAP, 1996.

AZEVEDO, Nelson Tito da Silva. **Avaliação pós-ocupação em conjunto habitacional de interesse social: o caso do Residencial Mucajá em Macapá-AP**. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano,) - Universidade da Amazônia, Belém, 2014.

_____. SCHEER Letícia. Avaliação de pós-ocupação em habitação de interesse social na Amazônia as novas territorialidades. Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (2014: São Bernado do Campos) Anais do I URB Favelas: Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas/organizadores:Rosa-na Denaldi... São Bernado do Campo,SP:UFABC,2014.

BARBOSA, Raimundo Gomes. Planejamento urbano e segregação socioespacial na cidade de Macapá. **Pracs**, v. 6, n. 6, 2013. Disponível em:
<<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/833>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BARROS, Luiz Tôrres. A trajetória da política nacional de habitação pós-BNH e o problema do lugar dos estados. **Revista Pensar**. [2015]. Disponível em:
<<http://revistapensar.com.br/engenharia/artigo/no=a101.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BECKER, B. K. (2001a) Mesa Redonda: Sensoriamento Remoto e a questão urbana na Amazônia. In: X Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Foz do Iguazu - PR.

BENETTI, Pablo; SEGRE, R. Cidade e Moradia: as incógnitas do século XXI. In: **BENETTI, Pablo C.** Habitação social e cidade: desafios para o ensino de projeto. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

BNH, trajetória de cooptação. 1997. Disponível em: <<http://www.sinprors.org.br/extra/jul97/movim1.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BOLTER, Jairo Alfredo Genz; SCHENEIDER, Sergio; HAAS, Jaqueline Mallmann. O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais).

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, v. 29, n. 127, 1994. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539c9uks3pp5cc74xt8.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.1, set. 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2016.

_____; KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH as propostas do seminário de habitação e reforma urbana. **Arquitextos**, ano 10, maio. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Dossiê das Cidades / Espaço Plural**, ano VIII, n. 17, p. 66-72, ago./dez. 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/Sheila/Downloads/1619-5702-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

CALDANA, Valter Luis; Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/USP; Docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); São Paulo; Brasil; vcaldana@yahoo.com. Acesso 24/06/2016

CARVALHO, Sonia Nahas de. Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERTE, Tania Margarete Mezzomo (org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussão teórico-metodológica**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009. p. 23-45.

CORRÊA, Luciana do Lago. Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições / Luciana Corrêa do Lago, organizadora. - Rio de Janeiro; Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012. 256p. : il. ; 23 cm (Habitação e cidade ; 2)

COSTA, Najara Mayla do Socorro Veiga. **Amazônia no contexto da acumulação capitalista: a particularidade de pequenas cidades amazônicas**. 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo11/amazonia-no-contexto-da-acumulacao-capitalista-a-particularidade-de-pequenas-cidades-amazonicas.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2016.

DIP, Andrea. **Ponha-se na rua: há 200 anos é assim que o governo lida com as comunidades cariocas**. 2013. Disponível em: <<http://www.apublica.org/2013/04/ponha-se-na-rua-mais-de-200-anos-de-remocoescompulsorias-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

DRUMMOND, J.A., PEREIRA, MPA O Amapá nos tempos do manganês .Um estudo sobre o desenvolvimento de um Estado Amazonico 1943-2000 Rio de Janeiro –RJ Garamond 2007

FERNANDES, Ângelo. Vila do Mucajá sofre perigo de desabamento. **Jornal do dia**, jan. 2003. Disponível em: <http://casteloroger.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html>. Acesso em: 15 dez. 2012.

Fundação João Pinheiro (FJP) (2008).). www.fjp.mg.gov.br/.../3287-10-7-2015 Mais de 3 mil moradias populares estão com obras paradas em Macapá

GALDO, Rafael; DAFLON, Rogério. **Conjuntos na era Vargas se multiplicam para dar teto aos trabalhadores**. 2011. Disponível em:

<<http://extra.globo.com/noticias/rio/conjuntos-na-era-vargas-se-multiplicaram-paradar-teto-trabalhadores-1767958.html>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007

http://diariodoamapa.com.br/cadernos/editorias-i/ultima_hora/item/9429-com-infiltracoes-e-rachaduras-conjunto-mucaja-ameaca-desabar/ 21/01/2016 - 11:43 (citação)

<http://josealbertostes.blogspot.com.br/2011/07/ocupacao-urbana-da-cidade-de-macapa.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**: aglomerados subnormais, primeiros normais. Rio de Janeiro, 2011.

Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 4 set. 2013.

KOWALTOWSKI, Doris Catharine Cornélie Knatzet al. Reflexão sobre metodologias de projeto arquitetônico. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, abr./jun. 2006.

Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/download/3683/2049>. Acesso em: 10 jun. 2016.

LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO E ASSENTAMENTOS HUMANOS - LABHAB.

Parâmetros para urbanização de favelas. Rio de Janeiro: FINEP/CEF, 2011. (Relatório de Pesquisa)

LÁZARO, João. **Banco de dados pessoal**. jpeg. Disponível: <portaretrato-ap.blogspot.com>. Acesso em: 6 fev. 2014.

LIMA, José Júlio. Conjuntos habitacionais e condomínios de luxo em Belém: duas tipologias em confronto. **Arquitextos**, ano 3, ago. 2002. Disponível:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/763>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

LUCAS, Edinardo Rodrigues; CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira. Habitação social: projeto urbano ou anticidade? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA, TECNOLOGIA E PROJETO. Forma Urbana: Rupturas e Continuidades, 2014, Goiás. **Anais...** Goianáço, v. 1, n. 1, 2014. Disponível: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/siarq/issue/view/134/showToc>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

MAGALHÃES, L. M. **Educação ambiental:** In Seminário Internacional sobre meio Ambiente pobreza e Desenvolvimento na Amazonia (SINDAMAZONIA)1992 Anais, Belém PRODEPA 1999.

MAIA, Samantha. Reforma urbana: os desafios das cidades. **Carta Capital**, 30 jan. 2014. Disponível: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/777/os-desafios-das-cidades-4410.html>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial.** São Paulo: Alga-Ômega, 1982.

_____. **Habitação e desenvolvimento urbano:** o desafio da próxima década. Set. 1999. Disponível: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_habitacaodesafiodecada.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. **O desenvolvimento urbano democrático como utopia.** Entrevistadores: Ana Clara Torres e Henri ACSELRAD. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.2, 2004. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/120>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. XVI ENAPUR 2014/22/05. Mesa redonda: **Planejamento e urbanismo: novas tendências e consequências.**

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. **BNH e outras perspectivas**. [20--?] Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20perspectiva.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

MELO, Marcus André B. C. de. Políticas Públicas e Habitação Popular: continuidade e ruptura, 1979-1988. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 37-59, 1989.

MÉTODOS de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil_UAB/UFRGS e pelo Curso de SEAD/UFRGS-Porto Alegre: Editora da UFRGS- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p (acesso 25/06/2016)

MORADORES do Conjunto Mucajá reclamam de rachaduras. 09/01/2012. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=Detectamos+alguns+problemas+de+revestimento+e+infiltra%C3%A7%C3%A3o.+Ap%C3%B3+essa+vistoria+ser%C3%A1+feito+um+relat%C3%B3rio+para+que+seja+feito+um+acompanhamento+da+evolu%C3%A7%C3%A3o+desses+problemas&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:ptBR:official&client=firefox-a&channel=fflb&gfe_rd=cr&ei=6LSpUGRIeyB8QfTw4CoAQ>. Acesso em: 16 out. 2013.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil**: políticas públicas, conflitos urbanos e direito à cidade. 2010. Disponível em: <conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/6/11/2010>. Acesso em: 26 jan. 2016

NOAL, Ednilson Bolson; JANCZURA, Rosane. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 157- 69, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7257/6431>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: mudanças e permanências na política habitacional. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 15, n. 50. 2014.

Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/22937>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

PLANEJAMENTO urbano e infraestrutura não acompanham crescimento populacional de Macapá. 3 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cauap.org.br/?p=4751>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

PORANGABA, Alexsandro Tenório. **Ops! Cabe ou não cabe?** Tipologia e funcionalidade das habitações do PAR em Maceió. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Sheila/Downloads/Dissertacao_AlexsandroTenorioPorangaba_2011.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Políticas de Desenvolvimento Urbano em Espaços Segregados: Uma análise do PDSA na Cidade de Macapá AP 2006 UFPA PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIENCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.**

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **De periferia a espaço estratégico: a construção da condição fronteiriça amapaense.** 2010. Disponível em: <<http://www.aecr.org/web/congresos/2010/htdocs/pdf/p8.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. **Dilemas territoriais amapaenses: a (des)configuração de um estado em construção.** 2008. Disponível em:

_____. **Evolução e conflitos dos ajustes espaciais amapaenses.** 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/jadson.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____; SILVA, Gutemberg de Vilhena. Novos usos e (re) construções da condição fronteiriça amapaense. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 253-67, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/325/511>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

REIS, Janaina dos. <http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2015/08/a-falta-de-creches-na-patria-educadora.html> A Falta de creches na “Pátria Educadora”

RIBEIRO, Ana Paula; BOULOS, Guilherme; SZERMETA, Natalia. Como não fazer política urbana. **Carta Capital**, 30 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses. **O que é questão da moradia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 92).

ROLNIK, Raquel (org.). **Como produzir moradia bem localizada com recursos do PMCMV?** implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Textos de Raphael Bischof, Danielle Klintowitz e Joye e Reis. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2010.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior Cidades Médias Na Amazônia Oriental: Das Novas Centralidades À Fragmentação Do Território. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR Maio de 2011, Rio de Janeiro - RJ - Brasil

SANTOS, J. L. F. **Demografia**: estimativas e projeções: medidas de fecundidade e mortalidade para o Brasil no Século XX. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Fundação para Pesquisa Ambiental, 1978.

SELESNAFES.com. **Cadastro para casa própria pode ser feito pela internet**. 25 set. 2014. Disponível em: <<http://selesnafes.com/2014/09/cadastro-para-casa-propria-pode-ser-feito-pela-internet/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. <http://selesnafes.com/2016/01/construtora-pode-ser-reponsabilizada-por-rachaduras-em-apartamentos/> consultado dia 24/06/2016

SEMOB e Semast discutem retomada das obras do conjunto Mucajá. [2011]. Disponível em: <www.macapa.ap.gov.br/noticia.php?cod=487>. Acesso em: 29 out. 2013.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado:** a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. 361 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia da Universidade de São Carlos/USP, 2010.

SOUZA, Thais Cristina Silva de. **Cortiços em São Paulo:** programas /vistorias /relatos. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2011.

THORNE, Martha. The Guardian 04/01/2016. "Crime in the community: when 'designer' social housing goes wrong". <http://www.contextarchitects.com/crime-in-the-community-when-designer-social-housing-goes-wrong/>

TITO, Nelson da Silva Azevedo. In: URB FAVELAS – SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS. Favelas Cariocas: Recortes Espaciais da Desigualdade, 1., 2014, São Bernardo do Campo, SP. Anais... São Bernardo do Campo, SP: UFABC, 2014.

TOSTES, José Alberto. Publicado no Jornal A Gazeta, Amapá, em 16 e 17.05.10 <observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/.../13.pdf>. Acesso em: 18 set. 2013.

_____. **Do tijolo nu ao concreto bruto.** Macapá, AP: UNIFAP, 2014.

_____. **Planos Diretores no Estado do Amapá:** uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá, AP: J. A. Tostes, 2006.

_____. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional.** Rio de Janeiro: Publit, 2012.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **Slums of the world:** the face of urban poverty in the new millennium? Nairobi (Kenya). 2003. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=1124>>. Acesso em: 18 Jan. 2016.

VILLA, SARAMAGO, BORTOLI, PEDROSA. **A INEFICIÊNCIA DE UM MODELO DE MORAR MÍNIMO:** análise pós-ocupacional em habitação de interesse social em Uberlândia-MG Revista eletrônica de Geografia, v.5, n14. p121-147, out, 2013

WHITAKER, João F. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil.** Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

WHITAKER, João F. **Pacote Habitacional fracassará se não enfrentar questão da posse da terra.** In: Correio da Cidadania, 2009. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3120/9/>

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela.** 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.